

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2019

Aos 14 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove pelas nove horas e trinta e seis minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Manuel Teixeira Salvador, José Fraga Ferreira Machado, José Machado Ferreira dos Santos, Marco Paulo Vieira Alves, Miguel Reis e Sousa, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Filipe Jorge da Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Sandra Maria de Sousa Garcia, Sérgio Paulo Martins Almeida, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 15 de abril de 2019 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e Exmos. membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caríssimos vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Notícias recentes dão conta do sucessivo agravamento das condições do transporte marítimo e aéreo de passageiros e mercadorias na região autónoma dos Açores, sobretudo no que respeita às ilhas do grupo central, denotando-se um evidente descontrolo em tudo o que é gestão, decisões ou calendarização com graves prejuízos para a ilha Terceira e para o concelho de Angra do Heroísmo, sobretudo à entrada na época alta.

Estamos a ver aproximar as Sanjoaninas, um evento incontornável para a nossa economia, para o bom viver desta terra e para os que nos visitam. Os hotéis estão cheios e existe uma insuficiência do número de voos e de lugares na SATA, sucessivos cancelamentos, avarias e problemas técnicos de toda a ordem. Assistimos à telenovela do navio que vem e afinal já não vem, troca-se por outro que nunca mais chega, e continuamos à espera que se lance a primeira pedra de uma rampa *ro-ro* no Porto das Pipas que não tem navios para operar.

O «Gilberto Mariano», o único navio que a região ainda tem disponível para a ligação entre a Calheta em S. Jorge e Angra do Heroísmo, também avariou. Não fossem os velhinhos «Cruzeiro do Canal» e «Cruzeiro das Ilhas» que já não têm certificação para navegar para além do Canal ou do Triângulo, não haveria ligações marítimas no grupo central além daquelas que são efetuadas pelo navio «Megajet», um catamaran que é confortável mas causa problemas com más condições de mar como o senhor presidente da câmara pôde constatar há uns tempos numa viagem com idosos à Graciosa que correu francamente mal.

Na sequência de conversas que já tivemos, nomeadamente na última reunião do Conselho de Ilha, gostaria, em nome do grupo municipal do PSD, de reiterar o desafio ao senhor presidente da Câmara para que assuma uma posição liderante que vá além da entrevista que concede aos fins de semana à Rádio Horizonte que é claramente insuficiente. Desafio-o a assumir uma posição de liderança, de protesto e de força perante a governação açoriana mediante o que está a acontecer no setor dos transportes e acessibilidades, um assunto que muito tem unido os representantes do povo deste concelho e desta ilha em torno de objetivos comuns.

Os membros do grupo municipal do PSD deram já vastas provas da sua disponibilidade para servirem os interesses do concelho em detrimento de quaisquer interesses partidários, como já o demonstrámos de forma cabal na última votação do Plano e Orçamento.

Exige-se ao presidente da Câmara eleito pelo povo que ponha os interesses da população à frente dos interesses do partido, o mesmo que governa os Açores, e é a rolha que impede o desenvolvimento da ilha Terceira em pleno século XXI. Os problemas continuam os mesmos, repetem-se há demasiado tempo, são precisos no mínimo dez anos para que algo se resolva por cá e por vezes é já tarde demais.

A região está em crescimento no setor do turismo, que é importantíssimo na nossa economia, e não pode andar aos solavancos com maus rótulos porque a competição é feroz. Basta vermos o que se faz no arquipélago da Madeira para percebermos que é inadmissível o que se passa nos

Açores. Se o turista que cá vier, não for bem servido, não só não volta, como potencia essa má imagem a todos os que conhece. Já nos basta a má publicidade em torno de um flagelo de questões ambientais decorrentes da presença militar norte-americana na ilha Terceira que não têm sido tratadas com o devido cuidado por várias origens, inclusivamente também do PSD; há que assumi-lo.

Entendemos que chegou o momento de perceber se existe vontade e capacidade nesta ilha para dizer «basta», independentemente das cores políticas, porque isto não pode continuar assim. Custa-me, em cada sessão da Assembleia Municipal, questionar o senhor presidente da Câmara a respeito da rampa *ro-ro* do Porto das Pipas e custa-me também perguntar o que é feito das recomendações que levaram a um voto unânime de todos os deputados presentes nesta casa perante interesses comuns desta ilha.

Independentemente da bancada partidária que representamos, se nada conseguirmos perante aquilo que nos une, não sei o que andamos aqui a fazer. Podemos ir todos contentes celebrar o aniversário da presença do Gungunhana na ilha Terceira, que é importante em termos históricos, culturais e sociais perante as comunidades africanas que tanto acarinhámos, mas precisamos também e urgentemente de quebrar o bloqueio a que a ilha Terceira está sujeita em termos de transportes e acessibilidades. Apresento ao senhor presidente da Câmara o habitual rol de questões na Ordem do Dia porque a gente quer vir cá fazer alguma coisa.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. As preocupações aqui trazidas pelo senhor deputado Luís Rendeiro são legítimas e creio que, partilhadas por todos nós. Com esta ou aquela menor qualificação aqui e ali, todos entendemos que temos, de facto, um problema muito sério no que diz respeito às acessibilidades à ilha em termos de passageiros e cargas, preocupações que têm também sido manifestadas pelo município.

Na sequência de uma deliberação tomada em Câmara, foi pedida uma reunião que era para ter acontecido com os senhores diretores regionais respetivos e entendeu o Governo Regional enviar as duas senhoras secretárias regionais a quem foi entregue o memorando por escrito contendo as preocupações aqui colocadas pelo senhor deputado Luís Rendeiro e outras mais que tinham já sido discutidas em reunião de Câmara. Naquele dia, as senhoras secretárias prestaram os esclarecimentos possíveis e comprometeram-se a enviar-nos outras informações complementares. A Câmara de Angra e o seu presidente partilham estas preocupações; temo-lo feito através de contactos diretos com os membros do Governo Regional competentes nestas áreas e também noutros espaços públicos. Repito que esta é uma matéria que consideramos muito importante, quero que saiba que não me agrada discutir os mesmos assuntos dia após dia e sessão após sessão desta Assembleia, e talvez a minha frustração seja até maior do que a sua porque lido diariamente com estas questões que muito me preocupam.

No que, ao Porto das Pipas diz respeito, até agora as coisas têm corrido bem e foi-nos prometido que em junho seria lançado o concurso. A última notícia que tive é que o concurso sairia e espero que saia. Até agora foram cumpridos os passos acordados, mas talvez o Porto das Pipas seja a parte menos importante do que estamos aqui a discutir. Numa reunião decorrida entre os membros do executivo, uma das questões que muito nos preocupou foi a avaria do «Gilberto Mariano», um golpe grave no planeamento das Sanjoaninas. Há marchas, grupos, bandas e muitas mais pessoas que dependem dessa ligação marítima, falta uma semana para as festas e a última notícia que ouvi ainda dava como incerta a reparação do navio. Oxalá a situação se resolva, caso contrário, estamos perante mais um problema sério. Se se confirmar a não operacionalidade da embarcação naquela semana, espero que haja medidas alternativas no que diz respeito ao reencaminhamento dos outros navios de forma a suprir os bilhetes, as reservas efetuadas e as intenções de viagens de S. Jorge para a Terceira.

As questões respeitantes à rede maior da operação de verão dos transportes marítimos são também uma preocupação porque está prevista a vinda de cerca de 2 000 pessoas de S. Miguel. Estamos a falar de muita gente, muito dinheiro e de um impacto muito grande na ilha daqui a uma semana, por isso esperamos que a operação corra bem, consigam recuperar a rede e ponham o sistema a funcionar.

O transporte aéreo tem sido também muito complexo. Ontem tive a oportunidade de assistir de perto a um conjunto de atrasos e outras situações que nos prejudicaram bastante e li nas notícias a respeito de um anúncio, que não percebi e acho que ninguém percebeu o seu enquadramento global, relacionado com uma eventual greve feita de propósito para perturbar e coincidir exatamente com os dias das Sanjoaninas. Mais uma vez temos um problema sério porque a operação aérea a partir da Califórnia poderá ser afetada e temos grupos e muita gente que poupou e gastou alguns milhares de dólares por cada participante para cá vir, o que é, para nós, uma enorme preocupação.

Senhor deputado, frustrações e preocupações é algo que também partilhamos e estamos a aguardar as soluções. A situação é séria, o que me levou a reunir pessoalmente aqui na Câmara Municipal com as senhoras secretárias regionais responsáveis por estas áreas para que as coisas se resolvam porque o tempo escasseia, estamos a uma semana das Sanjoaninas e precisamos de resolver as ligações para S. Jorge. É fundamental que a acessibilidade global da ilha aconteça já e tenho a certeza que os senhores membros do Governo Regional responsáveis por estas questões estão conscientes do problema. A pressão tem sido muito grande e espero que os resultados apareçam.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, caros colegas deputados municipais.

Gostaria de falar de uma situação com que me deparei, talvez a primeira *fake news* da ilha Terceira, publicada no dia 1 de junho na página do facebook «Eu sou da ilha Terceira» a respeito da listagem publicada pela Quercus sobre as praias que possuem água com qualidade de ouro em 2019, algo que esta associação tem vindo a fazer ao longo dos últimos dez anos.

Nesta Assembleia tivemos a oportunidade de debater e ouvir a voz do público e uma associação da nossa cidade, a «Azulinvade» que, no início deste ano, quando foi noticiado que a Prainha não teria bandeira azul, a primeira informação que coloca cá para fora é quase a pedir pelo amor de Nosso Senhor para não se tomar banho na Prainha por não estar de acordo. Esta publicação refere as 39 praias açorianas com qualidade de ouro como a Baía do Refugo, as Cinco Ribeiras e o Negrito, constando a Silveira em quarto lugar, enquanto a listagem simples sem numeração da Quercus faz constar em quarto lugar a Prainha que nos últimos anos tem sido galardoada com água qualidade de ouro.

Segundo me parece, esta publicação deve-se à questão levantada o ano passado, também pelo facto de a Câmara Municipal não ter divulgado atempadamente o que estava a acontecer na Prainha. Na minha opinião, trata-se de uma atitude derrotista, alarmista e, ao confirmar-se, também mentirosa e é de lamentar que se transmita nas redes sociais a ideia de que a Prainha está completamente imprópria para banhos.

Deixo o repto para que a Câmara dedique especial atenção às questões da Prainha. Sendo certo que tem havido descargas desde há uma década e por vezes a água poderá não estar nas melhores condições, a verdade é que a Prainha não deve ser interdita a banhos só porque não tem a bandeira azul que a Câmara resolveu não hastear este ano.

Sr. presidente da Câmara – Como os senhores sabem, o ano passado a Prainha foi submetida a todas as análises, cumpriu o que está determinado legalmente e obteve a classificação de «excelente». Isto é um facto e não uma simples opinião. As classificações atribuídas pelos serviços do Governo Regional competentes em matéria de mar, pela Quercus ou por outras

associações, não têm a ver com a opinião de ninguém, mas sim com resultados de análises. A única análise à água da Prainha que apresentou um resultado menos próprio foi a que foi feita à água do pluvial por decisão da Câmara e não estava integrada na listagem das análises oficiais; mesmo que estivesse, como podemos apresentar uma violação por ano, a Prainha continuaria a cumprir os objetivos de qualidade legalmente estabelecidos.

Após um debate aqui no executivo, entendi que não deveríamos hastear a bandeira azul na Prainha para não correremos o risco de fazer publicidade negativa à nossa terra como referiu o senhor deputado Luís Rendeiro há pouco a respeito de outra questão. Colocando a bandeira azul e partindo do princípio que voltaríamos ao debate internético sobre a questão - como está a acontecer - estaríamos a envolver num debate, uma bandeira prestigiosa com ramificações internacionais. Mesmo com razão - que temos - haveria um conjunto de reflexos exteriores que não contribuiriam em nada para a qualidade do turismo na nossa terra. Essas considerações levaram a que a Câmara, por opção própria, não colocasse lá a bandeira.

Temos uma organização ambiental de nível nacional e internacional que, olhando para aquelas análises, segue o que está na lei e diz que a Prainha tem direito a ser considerada uma praia com água de excelência e a Câmara não encomendou esse serviço nem falou com ninguém sobre o assunto. Trata-se de uma decisão tomada por uma organização que consultou as análises que são públicas. Com tudo isto, a única coisa que conseguimos foi aumentar o nível de discussão quando estávamos a tentar reduzi-lo. Somos um dos concelhos com o maior número de áreas balneares de qualidade e quem quiser uma bandeira azul, tem seis ou sete à escolha.

Ontem li o texto publicado na internet que possui uma componente de natureza pessoal e outra de natureza pública. À semelhança do que fiz enquanto estive no Governo, tenho o princípio de separar cuidadosamente as questões pessoais das institucionais. No meu entender, as instituições não devem, em caso algum, proceder judicialmente ou por outra via contra cidadãos por se tratar de uma luta desigual, mas face ao que está ali escrito, a Câmara poderia pedir justiça e processar aquela pessoa. Contudo, não acho isso correto porque não devemos colocar a Câmara nessa situação por ser uma instituição pública, a liberdade de expressão é um pilar fundamental da nossa convivência democrática e devemos ter um particular cuidado em não interferir com ela.

Quanto às questões de natureza pessoal, considero-me um cidadão como outro qualquer e não tenho os meus direitos diminuídos ou aumentados pelo facto de ser presidente da Câmara. Com o meu próprio dinheiro, como já o fiz noutra circunstância, sou bem capaz de processar alguém se achar que, como cidadão estou a ser maltratado, e nunca na figura de presidente da Câmara.

É esta a consideração que está em cima da mesa e não tem qualquer significado. Este senhor foi ontem ou anteontem à esquadra da polícia apresentar uma queixa contra o presidente da Câmara e contra o delegado de saúde, que leu as análises e nada pode fazer além de cumprir a lei, e o presidente da Câmara não tem nada a ver com isso por não se tratar de uma decisão sua. Contudo, há para ali um conjunto de considerações com um carácter mais pessoal que terei que analisar.

A Prainha está bem e recomenda-se, as análises serão feitas como deve ser e desde já convido V. Exas a comparecerem amanhã na abertura da época banhar que decorrerá com toda a qualidade até porque já está a funcionar outra estrutura ali junto à praça de touros. É isto que tenho a dizer sobre esta matéria, uma questão que cai exatamente no âmbito do que dizia há pouco o senhor deputado Luís Rendeiro a respeito de, por vezes, darmos tiros nos próprios pés. Creio que estamos mais uma vez a caminhar para isso e o assunto deve ser muito contido. O nosso concelho tem muitas e incontroversas zonas balneares e não nos fica bem entrar constantemente no circuito das notícias negativas e injustas.

Se a Prainha tivesse problemas, eu seria o primeiro a propor acabar com aquilo. Esta matéria está estritamente regulamentada e há um conjunto de parâmetros que devem ser escrupulosamente cumpridos. Somos livres de ter opiniões mas temos que separar as coisas de forma clara. As análises são factos legalmente comprovados que dependem de um protocolo rigoroso, são tornadas públicas, afixadas e publicadas na internet, quem gostar gosta, quem quiser vai, e o assunto fica no foro da liberdade pessoal de cada um. É incorreto tentar utilizar mecanismos judiciais em matérias que não são dessa natureza e entrar no foro da ofensa pessoal, algo inadmissível que deve ser evitado.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores. Ainda a respeito dos problemas relativos às acessibilidades de transportes de passageiros e cargas que continuam a prejudicar o desenvolvimento da ilha Terceira, volto a reiterar a nossa disponibilidade já manifestada na sessão anterior da Assembleia Municipal para, em conjunto com as outras forças políticas, repetirmos a iniciativa que tivemos há cerca de um ano e voltarmos a tomar uma posição ríspida quanto baste a respeito de um conjunto de circunstâncias que têm prejudicado severamente a nossa economia, atingindo até as nossas festas.

Há pouco falou-se aqui em greves, avarias e num conjunto de outros acontecimentos coincidentes com as nossas festas Sanjoaninas que podem ser gravemente prejudicadas. Perante tudo isto, talvez valha a pena tentar coordenar melhor as coisas a nível regional, desenvolvendo conversas com outras ilhas para evitar concorrência entre determinadas festas ou outras atividades, à semelhança do que, por vezes, se tenta fazer a nível concelhio.

O «10 Fest» tem crescido nos últimos anos, coincide com as nossas Sanjoaninas e pode retirar-nos algum público proveniente da ilha de S. Miguel. Com alguma boa vontade, talvez fosse possível conversar com as organizações que, tanto quanto sei, são privadas, para se tentar coordenar um pouco melhor as coisas. O festival está publicitado nalguns cartazes à volta da cidade de Angra e decorre em Ponta Delgada de 21 a 30 de junho. São dez jantares confeccionados por dez *chefs* durante dez dias nas «Portas do Mar» e noutros restaurantes daquela cidade, tem vindo a crescer de ano para ano e a consolidar-se como um cartaz turístico.

Sr. presidente da Câmara – Enquanto ficar em torno da cozinha, estamos bem.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Gostaria também de deixar aqui um lamento em relação a duas propostas apresentadas pelo CDS-PP e aprovadas nesta Assembleia há mais de um ano relativas ao estacionamento ao pé do hotel do Caracol, sugerindo às duas secretarias que se entendessem e regulamentassem aquilo com a eliminação daquela faixa de ligeiros ao pé do hotel. O trânsito proveniente de ponte ou da Circular esbarra diariamente com motos de aluguer, carrinhas, autocarros de menor ou maior dimensão e carros parados que causam algum entrave, especialmente em horas de ponta, porque o espaço em frente ao hotel serve de estacionamento permanente para quem visita a Silveira ou frequenta o hotel.

Lembrando uma outra situação ainda mais complexa, há dois dias vi um adulto parado naquela «ilha» à entrada do Estádio João Paulo II rodeado de doze ou quinze crianças à espera de uma oportunidade para atravessar a via rápida fora de qualquer passadeira. Deduzo tratar-se de alguém ligado à escola de S. Bento ou algum professor que levava os alunos para alguma atividade física a decorrer no Estádio.

Estas e outras situações foram já testemunhadas por outras pessoas e tudo continua na mesma passados seis ou oito meses. Parece-me que algumas entidades estão à espera que aconteça algum acidente em Angra idêntico ao que ocorreu nas Quatro Ribeiras para depois porem as mãos na cabeça e tentarem remediar as coisas. Voltamos a sublinhar o nosso tremendo desagrado pela forma como as secretarias regionais com competência nestas áreas,

concretamente as obras públicas e o turismo, têm deixado isto rolar sem qualquer resposta ou atitude para minorar estas situações.

Tendo em conta reuniões recentes ocorridas entre a Câmara Municipal e a diocese de Angra no sentido de se evitar situações como o trágico acidente das Quatro Ribeiras, gostaríamos que o senhor presidente nos desse conta do que ficou acordado em termos de regulamentação municipal nesse sentido.

De acordo com uma peça divulgada ontem no jornal Diário Insular e desta aparente invasão de águas-vivas e caravelas-portuguesas no início do mês, há uns anos chegou-nos ao conhecimento que teria sido encomendado um serviço à universidade dos Açores relativo à identificação de espécies marinhas potencialmente perigosas com o intuito de afixar essa informação nas zonas balneares da ilha Terceira e possivelmente noutras ilhas. Pelo que nos foi superficialmente relatado na altura, tratar-se-ia de uma espécie de painel informativo a respeito do que fazer no caso do contacto com estas e outras espécies potencialmente perigosas. Como nunca vi o resultado desse protocolo afixado em nenhuma praia ou zona banhar da ilha, gostaria de saber se esse trabalho realmente existe na posse de alguém porque, em alturas como esta, é muito útil a divulgação de toda a informação possível dessa natureza.

Sr. presidente da Câmara – Não quero repetir-me nem gastar mais tempo acerca das acessibilidades, mas há toda a disponibilidade por parte da Câmara para voltarmos a falar com todos os grupos políticos sobre esta questão que é unânime, muito importante para a ilha e merecedora de toda a nossa atenção.

Quanto à travessia junto ao Estádio João Paulo II e ao estacionamento em frente ao hotel do Caracol, posso informar que o assunto foi comunicado a devido tempo, mas voltaremos a fazê-lo para tentarmos obter respostas. Também sou utente diário da entrada oeste da cidade e diariamente me deparo com este problema que ganha grandes proporções durante o verão por causa de viaturas que habitualmente são mal estacionadas ali diante.

Foi estabelecido um conjunto de contactos numa reunião tripartida que juntou a Câmara, a representação da diocese de Angra e a PSP. Recorreu-se a um parecer da Procuradoria-Geral da República que esclarece o enquadramento legal das procissões, cortejos e outras manifestações de natureza religiosa em espaço público que são consideradas no mesmo âmbito das manifestações de natureza política pela Constituição e pela Concordata. Para os efeitos legais, as procissões são como as manifestações; estão isentas de qualquer controlo público e não necessitam de licenciamento, mas estão sujeitas ao dever de comunicação. Os promotores devem comunicar com o mínimo de 48 horas de antecedência a intenção, o percurso e o horário à câmara municipal respetiva que, por sua vez, tem a obrigação de passar a informação às forças de segurança, a quem cabe garantir gratuitamente a segurança dos manifestantes.

Face a este enquadramento que tem a ver com a lei de liberdade de manifestação em vigor desde 1974, uma das primeiras do pós-25 de abril, pediu-se à diocese que, em vez das 48 horas, fizessem o favor de avisar ainda com mais antecedência, se possível. Da parte da Câmara, passámos a publicar no jornal Diário Insular a expensas do município, as datas e locais das manifestações religiosas como procissões, coroações, etc.

Em colaboração com a diocese criou-se um sinal informativo com a mesma configuração do que já era usado para as touradas que passará a ser colocado a uma distância razoável em relação ao percurso para informar os condutores que eventualmente encontrarão uma procissão ou coroação mais adiante na rua. Trata-se de um sinal azul de informação com uma simbologia que foi acordada com a diocese, indicando trânsito condicionado devido a uma manifestação religiosa.

Dentro de pouco tempo haverá também uma reunião com os senhores presidentes de junta para a disponibilização de algumas cancelas que estão na posse da Câmara para que passem a ser as

juntas de freguesia a colocá-las na via a pedido do pároco ou dos respetivos responsáveis pela organização da manifestação religiosa. O objetivo das cancelas é meramente informativo para que os condutores façam as devidas manobras de segurança e percebam que, eventualmente, encontrarão mais adiante uma manifestação na via. Por sua vez, a PSP em função dos percursos e dos horários, fará uma avaliação e tomará a decisão da eventual necessidade da deslocação dos meios e dos agentes que entender necessários para o local. Na maior parte das procissões em freguesias basta o aviso, nos acessos à cidade e em locais com especial perigosidade, os meios serão colocados no terreno de forma adequada para se garantir a segurança das pessoas conforme diz a lei, sendo que, no caso de uma manifestação, trata-se de uma responsabilidade da polícia.

Temos vindo a manter um contacto com a diocese no sentido de melhorar o sistema de informação e criar uma melhor ligação às paróquias para que a informação flua mais rapidamente porque, por vezes, nem as próprias paróquias têm conhecimento pleno de eventos como as mudanças de coroa ou coroações que, por vezes, são organizadas por particulares sem que seja dado conhecimento ao pároco da freguesia.

Estamos a tentar melhorar todas estas questões no sentido de dar cumprimento à legislação sobre manifestações religiosas e garantir a segurança das pessoas. Há milhares destas procissões, felizmente é muito baixa a probabilidade de acontecer um acidente como o que aconteceu nas Quatro Ribeiras e esperemos que se passem muitas décadas sem que se repita uma tragédia semelhante.

No fim de contas, estas medidas já estavam previstas na lei e eram cumpridas por alguns párocos do nosso concelho mas a vasta maioria não o fazia. Nesta altura, quando se trata de procissões organizadas pela paróquia, é feita a respetiva comunicação de acordo com instruções dadas pela diocese mas nem todas as coroações ou outros eventos são comunicados. O próprio pároco não pode ser considerado responsável porque, na maior parte das vezes, os privados que as organizam não as comunicam a ninguém.

Em resposta à questão dos cnidários, ou seja, as águas-vivas, caravelas-portuguesas e outros animais semelhantes, o nadador salvador tem a obrigação de avisar da presença de qualquer destes organismos, fechar a zona balnear e subir a bandeira vermelha se a sua densidade for elevada. Isto está previsto na legislação que referi há pouco a respeito das análises da água e que regula também a utilização balnear. Na altura em que eu tinha responsabilidades na área do ambiente, foi feito um estudo, determinaram-se as espécies e a Assembleia Legislativa Regional legislou sobre esta matéria. A presença destes animais tem a ver com a temperatura da água, com o vento, com a abundância relativa de certas espécies, etc. Recomendamos aos nossos nadadores salvadores que estejam vigilantes e cumpram o que legalmente está estabelecido.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Voltando ao tema que trouxe neste período de Antes da Ordem do Dia, se já estava preocupado no início desta nossa sessão da Assembleia, ainda mais preocupado fiquei. Se importa o que se diz e as posições que foram tomadas, o que não é dito também é importante e fiquei à espera que a bancada do Partido Socialista discutisse o tema que o senhor presidente da Câmara não temeu em abordar, mérito que lhe reconheço. A bancada do PS resolveu divergir para as questões da Prainha, que são importantes, assim como são relevantes as preocupações de qualquer associação ambiental ou cidadão referentes à saúde pública. Independentemente de ter-se ou não tratado de uma exceção, houve de facto, um problema na Prainha que levou à apresentação de uma queixa por parte de um cidadão e a partir do momento em que esta questão passa para o foro judicial, pertence à justiça o que é da justiça e a esta Assembleia o que for desta Assembleia.

O senhor presidente da Câmara diz que saúda as unanimidades mas já duvido da sua existência e é preciso que o concelho de Angra e os seus representantes - nomeadamente os que detêm a

maioria da representação - façam qualquer coisa que belisque quem governa a nível regional mas é preciso que o beliscão doa, caso contrário, não passará de uma carícia.

Ao contrário da sugestão do senhor deputado Nuno Melo Alves e do CDS-PP, julgo que se tornou perfeitamente irrelevante a elaboração de qualquer novo manifesto/comunicado/votação desta Assembleia Municipal a dizer as mesmas coisas ao Governo Regional que acabou por se borrifar para o primeiro documento e borrifou-se também pela maneira como reduziu à insignificância o caderno de encargos apresentado na reunião pelo Conselho de Ilha. Citando um ministro socialista, tudo isso valeu zero e parece-me que também se tenha revelado inconsequente a reunião que o senhor presidente da Câmara, certamente munido das melhores intenções, teve com duas secretárias regionais.

Precisamos de consequências e de ações porque repetimos demasiadas vezes as mesmas preocupações sem que nada se resolva. O apelo que faço, mais ao jeito de pedinchar, é que os senhores deputados do Partido Socialista, a Câmara Municipal e o PS, que governa esta terra, façam qualquer coisa que não seja assinar por baixo ou ficar em silêncio perante aquilo que não se vai fazendo na Terceira.

Quando o deputado Rogério Sousa falou em *fake news*, julguei que fosse acompanhar a intervenção inicial do PSD e referisse as outras *fake news* que são os sucessivos anúncios da governação regional, (nomeadamente através do GaCS, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social), respeitantes a obras, promessas e compromissos para a ilha Terceira que, tarde ou nunca se cumprem. São essas as *fake news* com que nos deveríamos preocupar e discutir aqui e é um facto indesmentível que a governação regional reage à comunicação social, ao ruído e à pressão mediática.

Uma conversa entre o presidente da Câmara de Angra e as senhoras secretárias regionais, ficando a coisa assim mais ou menos secreta, não é o mesmo que uma reunião entre o presidente do Governo Regional e o presidente da Câmara de Angra que desempenhou as mais relevantes funções na governação regional. Isto é verdade e não preciso de lhe dar graxa porque o senhor não é uma pessoa qualquer, senhor presidente. Ao contrário do que foi proposto pelo deputado Nuno Melo Alves, a minha sugestão é que o senhor peça uma reunião ao senhor presidente do Governo Regional e se faça acompanhar pela sua equipa de vereação, do poder e da oposição. Eu estou disposto a pagar a minha passagem aérea e ir consigo para lhe dar todo o apoio porque a ilha Terceira e o concelho de Angra não podem continuar nesta situação. A concretizar-se o falhanço absoluto das ligações marítimas e aéreas para as Sanjoaninas a partir das outras ilhas ou da nossa diáspora, o prejuízo será tremendo e sem precedentes e já não estamos a tempo de resolver nada a uma semana das festas.

Não me importando que me apelidem de bairrista, é repudiante a postura que S. Miguel, a sua governação e as suas instituições continuam a ter para com a ilha Terceira. Não é por acaso que surgem e vão crescendo eventos em S. Miguel nas épocas do ano em que, na ilha Terceira, se realizam festas que os micalenses há muito gostam de visitar. Tivemos uma altura em que as Festas da Praia da Vitória estavam a crescer imenso com a vinda de inúmeros jovens micalenses pela vantagem de ocorrerem em período de férias e foi criado em S. Miguel o festival Monte Verde. A partir do momento em que os micalenses descobriram que é muito divertido deslocar-se aos milhares para assistirem às marchas de S. João em Angra, não me admiro que reforcem o S. João de Vila Franca do Campo e se criem os «10 Fest» e os «fests» todos que entenderem para manterem esse dinheiro em S. Miguel. Isto acontece reiteradamente porque os empresários micalenses não andam a dormir e não querem que a sua população venha gastar o dinheiro para a Terceira.

Utilizando o mesmo termo que utilizei no Conselho de Ilha, nós andamos a ser comidos e deixamos. Em vez de repetirmos mais uma pronúncia e criarmos mais um papel para acabar esquecido numa qualquer gaveta, o desafio que faço é que a Câmara e as oposições

desenvolvam uma ação em jeito de um valente murro na mesa político e mediático. Apelo aos senhores deputados do Partido Socialista que não se mantenham em silêncio e façam mais qualquer coisa do que falar de assuntos que não nos prejudicam porque, primeiro deve estar a nossa terra e a seguir é que vêm as lealdades partidárias.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caro executivo, colegas deputados municipais. Não podemos ficar indiferentes à sua provocação e não funcionamos a toque de beliscões. Funcionamos garantidamente com firmeza, seriedade, consensos e alguma sensatez e confiamos na capacidade de diálogo da Câmara. O grupo municipal do PS já se manifestou aqui numa reunião desta Assembleia relativamente a estas questões de estratégia e de desenvolvimento da ilha e as preocupações mantêm-se.

Contrariamente a todo o pessimismo proveniente desse lado, nós temos confiança e mantemos o empenho e o interesse nalguma capacidade de diálogo, convictos de que os membros do Governo responsáveis por estas áreas, atenderão à importância do desenvolvimento da ilha Terceira. Mantemo-nos firmes e determinados com a consciência de que o interesse de Angra é também o interesse da nossa ilha e o desenvolvimento passará claramente pela questão dos transportes. É essa a nossa confiança.

Já que temos falado de turismo, tivemos conhecimento de que estão cá na ilha os representantes do grupo Golden Tulip que adquiriu o antigo hotel dos franceses na Serretinha e vai criar 45 postos de trabalho. Peço ao senhor presidente da Câmara que nos faça um ponto da situação acerca da melhoria das acessibilidades àquela zona no sentido de ser facilitada a circulação dos trabalhadores, dos turistas e de todos os que pretendam aceder àquele local.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal firmou um acordo ARAAL com o Governo Regional no sentido de serem repartidos entre ambas as partes os custos da criação de um novo acesso à Fajã do Fisher. O projeto foi elaborado, temos estado a resolver algumas questões de natureza ambiental relacionadas com o licenciamento da obra e estamos agora numa fase complexa de negociação com os proprietários dos terrenos naquela zona de minifúndio que, apesar de um troço muito curto com cerca de 400 metros de caminho, é dividida por mais de 40 proprietários.

O assunto tem alguma complexidade, ainda não se chegou a entendimento com alguns proprietários e estamos a fazer uma última ronda. Existe a hipótese de solicitarmos a declaração de utilidade pública e a expropriação da faixa de terreno necessária caso não cheguemos a um acordo amigável com alguns proprietários. Tenho alguma esperança na possibilidade de chegarmos ao pleno entendimento com todos os envolvidos, maioritariamente da Ribeirinha, onde já foi feita uma reunião na junta de freguesia com os proprietários. Foi lá deixado o projeto e assinalado o número de metros quadrados que cada proprietário teria que ceder. Aqueles terrenos não têm qualquer valor e foi feita uma proposta no sentido de os valorizar com a sua transformação em terreno urbano e a possibilidade de se vir a construir naquele espaço.

Esperamos ver concluída nas próximas semanas esta ronda de negociações. Trata-se de uma obra de pequena monta, um troço muito curto de estrada, em que a maior dificuldade é chegar a entendimento com tanta gente com interesses muito díspares. Há quem veja as suas propriedades valorizadas com espaço suficiente para construir mas, nalguns casos, depois de retirada a faixa para a estrada, há quem fique com uma tira de terreno que já não dá para nada. É fácil chegar a um entendimento com quem fica claramente beneficiado com a urbanização daquele espaço mas é bem mais difícil negociar com quem venha a ficar com um pequeno terreno com pouco préstimo. Está ali um puzzle extraordinariamente complexo dada a situação de minifúndio, porque algumas propriedades têm apenas algumas centenas de metros quadrados, mas esperamos ver esta situação resolvida até ao final do verão.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do senhor presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de abril a 31 de maio, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município manteve-se dentro da normalidade no período decorrido desde a última sessão da Assembleia. Temos seguido a trajetória que estava prevista do ponto de vista da execução financeira no que diz respeito à despesa e à receita e decorreu a abertura por parte do Governo Regional dos avisos que esperávamos. Estamos na fase de finalização do processo de candidaturas e tudo indica que seremos capazes de resolver a questão do Centro Interpretativo. A candidatura foi apresentada e aceite mas ainda não está aprovada e, em caso afirmativo, será uma excelente notícia para o nosso município. Foram também abertas as candidaturas que permitem a melhoria da eficiência energética dos edifícios, incluindo este onde nos encontramos e o outro que a Câmara adquiriu por detrás desta parede. Os projetos estão prontos a aguardar as candidaturas para termos a certeza que os podemos financiar.

Neste período ficou também concluído e aprovado o projeto do silo de estacionamento e do novo mercado municipal e estamos numa negociação no sentido de encontrar a melhor forma de financiamento. Houve assim desenvolvimentos nalguns dossiês que estavam pendentes na última sessão da Assembleia.

Quanto às obras, a parte dos Serviços Municipalizados que é a mais relevante, está concluída com a exceção de um pequeno troço por detrás da panificação em que foi preciso fazer uma alteração no projeto devido a um problema de eventual libertação de cheiros naquela zona. Daqui a pouco a senhora vereadora Raquel Ferreira poderá fornecer informações mais detalhadas a respeito dessa obra.

Nesta altura já temos o esgoto quase totalmente desviado para a nova estação elevatória. Esta estação aqui em baixo já está a trabalhar com uma carga muito mais reduzida, o que nos deixa numa situação bastante mais cómoda em relação às últimas duas décadas. As interligações ali junto ao Desterro também se encontram concluídas com a reposição do pavimento e o mesmo acontece na Ladeira de S. Bento onde se fez também a interligação e repôs-se o pavimento. Nessa frente de obras falta apenas um pequeno troço exatamente adoçado ao muro da panificação, que não é muito relevante por se tratar mais de uma eficiência energética, e o esgoto está a ser enviado para outra rota.

A obra de ampliação do jardim está pronta e será inaugurada no dia 21 de junho. Trata-se do maior alargamento de sempre daquela estrutura e o maior investimento feito em mais de um século com um aumento de 14 mil metros quadrados, mais de 1/3 da atual área. O último alargamento do jardim aconteceu em 1898 quando foram criadas as escadinhas que ligam a Memória ao «Preto». Foi também feito o calçetamento da plataforma superior do jardim que causava perturbações na Praça Velha quando chovia devido à terra que era arrastada pelo portão de S. Francisco e o assunto ficará definitivamente resolvido. Com este alargamento criou-se mais uma entrada para o jardim pelo arco da casa do Capitão Donatário, um acesso que será aberto quando se inaugurar a obra do Centro Interpretativo que abrange essa área.

Foi requalificado o moinho situado por cima do «Preto» que tinha sido oferecido ao município pelo Governo Regional. Estava ali há 40 anos desde o sismo de 1980, está recuperado, tem um aspeto magnífico e será integrado no jardim.

Foram também oferecidos à Câmara pelo Governo Regional, os terrenos por detrás do museu e reconstruímos uma casa que lá havia que serve agora de sede aos serviços do jardim. É lá que os trabalhadores têm o refeitório e onde estão também os técnicos que têm a obrigação de gerir o jardim, um serviço que funcionava aqui no rés do chão. Aquele edifício foi integrado no património municipal bem como aqueles socalcos onde estão as estufas e a produção de plantas para o jardim e para o embelezamento das ruas.

Foram adquiridas duas novas estufas e aquela zona está profundamente melhorada. Temos uma obra que trouxe uma substancial melhoria ao jardim e a toda aquela área que fica em primeiro plano para quem visita a Memória. Fica assim resolvido todo aquele matagal e temos um panorama bastante mais ordenado que ficará ainda melhor quando concluirmos a obra do Centro Interpretativo que se prevê acontecer logo que seja aprovada a candidatura.

A obra do Fanal decorre também com toda a normalidade. Infelizmente, na última sessão da Assembleia, prometi violência para quem atentasse contra os dragoeiros e acho que terei mesmo que o fazer porque, infelizmente, o vandalismo continua a ser um problema sério e houve um novo atentado contra aquelas plantas. Embora seja mau, ainda compreendo que alguém roube uma flor para ter em casa mas, coisa pior, é o facto de alguém destruir simplesmente por prazer e é triste que estas coisas nos afetem.

No que respeita ao pessoal, o município tem no seu quadro cerca de uma dúzia de pessoas que têm estado em baixas permanentes, nalguns casos, há anos. Estes trabalhadores foram submetidos a junta médica, daí resultando umas quantas aposentações e alguns retornos ao trabalho.

Nestes meses aposentaram-se mais trabalhadores do que nos últimos dois anos. Saíram oito pessoas do quadro da Câmara, o que nos deixa alguma folga e permite cobrir o concurso que esta Assembleia autorizou há duas sessões. A questão do pessoal melhorou substancialmente e espero que se tenha resolvido definitivamente a situação de algumas pessoas que não estavam ao serviço.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Como o senhor presidente da Câmara referiu a respeito da obra dos Serviços Municipalizados, por altura do temporal de 23 de fevereiro verificou-se que a parede não suportaria o que estava previsto e ficou severamente danificada. A água que escorreu virou as máquinas que lá estavam e foi necessário desviá-la pela Canada dos Borbas até cá abaixo à panificação. O novo projeto já foi entregue e vamos articular a obra com o empreiteiro.

Há dias foi também feita uma intervenção no maior reservatório, o RA de S. João de Deus que abastece toda a cidade. Os trabalhos decorreram durante o dia, o que acarreta sempre alguns inconvenientes, e houve um aviso a informar da possibilidade do corte de água que se verificou temporariamente durante cerca de uma hora numa determinada zona.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Compreendo a posição naturalmente difícil da bancada do Partido Socialista perante as questões aqui trazidas pelo PSD. Em tempo oportuno saudámos a coragem dos deputados do PS ao votarem a favor nesta casa um documento que continha um conjunto de reivindicações por cumprir na ilha Terceira e já apresentadas nos mais variados fóruns pelos partidos da oposição, sabendo que as mesmas estavam a ser bloqueadas pela governação do PS a nível regional. Parece-me manifestamente insuficiente que, neste momento, essa bancada se recolha a uma posição de fé. Isto não vai lá com fé porque até o nosso bom Jesus um dia foi ao templo expulsar os vendilhões à chicotada. Nenhum de nós aspira a ser Jesus mas não sejamos

também os vendilhões do templo, façamos qualquer coisa e saibamos dizer «basta» para defendermos os interesses da nossa terra porque não podemos esperar resultados diferentes se continuarmos a fazer o mesmo.

Chegámos ao ponto em que já se fez quase de tudo e os compromissos para com a ilha Terceira continuam a marcar passo com uma média de dez anos de atraso. A obra de maior dimensão a decorrer neste momento no concelho é o enrocamento de proteção da orla costeira e o ordenamento da baía do Fanal que foi anunciada na altura da presidência da doutora Andreia Cardoso, ou seja, há dez anos. As necessidades desta ilha e deste povo não podem andar sempre com dez anos de atraso em relação ao desenvolvimento da região.

Entrando nos assuntos da Ordem do Dia e pegando na intervenção da senhora deputada Isabel Barbereia a respeito do antigo hotel dos franceses na Serretinha, é preciso lembrar que, de nada nos servem os hotéis se não resolvermos os problemas dos transportes e acessibilidades para podermos receber os turistas.

O PSD tomou conhecimento de alguns problemas relacionados com o acesso proposto pela Câmara Municipal àquela unidade hoteleira que tem que atravessar uma zona que está classificada como área protegida. Tendo em conta que o senhor presidente da Câmara desempenhou funções no Governo Regional com competências ao nível do planeamento e do ordenamento do território e provavelmente terá sido quem legislou acerca da proteção dessa orla costeira, gostaria de saber como vai contornar a possibilidade de construção numa zona protegida.

Fruto das intempéries que nos têm assolado, temos assistido a fenómenos cada vez mais frequentes de enxurradas e inundações. A Câmara tem recorrido a uma estratégia que tem funcionado relativamente bem com a construção de fossas e sumidouros de grande dimensão para absorção das escorrências pluviais nalguns pontos estratégicos mas falta acudir a duas zonas, uma delas abaixo da Circular Externa de Angra que continua a drenar águas para o Pico da Urze desde o Colégio de Santa Clara até aos Portões de S. Pedro. Ainda não foi encontrada uma solução para aquela zona de pastagem nas traseiras das casas que continua com inundações frequentes ano após ano, causando prejuízos graves a todas aquelas habitações.

Devido à impermeabilização dos solos, a água a jusante daquele bloco de apartamentos em S. Bento está a drenar para as pastagens mais abaixo e a sair pelos quintais daquelas casas acima do hipermercado Continente. Seria importante que a Câmara, ainda antes do próximo inverno, atendesse a estas duas situações que referi.

Já foi aqui discutida a hipótese da substituição das grandes zonas balneares com grandes custos financeiros ao nível das acessibilidades, das instalações sanitárias e das condições de segurança, por zonas de banho mais pequenas com menor impacto ambiental como vemos nas ilhas de S. Jorge e do Pico. O senhor presidente da Câmara poderá assim regozijar-se com uma preocupação a menos porque estas zonas não precisarão de hastear a bandeira azul.

Dando o Negrito como exemplo, parece-me que as nossas grandes zonas balneares merecem mais do que apenas alguns remendos de qualidade duvidosa na sua execução e nos materiais escolhidos com evidentes dificuldades de acesso e fruição, nomeadamente na altura da maré baixa.

Sr. presidente da Câmara – Como tem sido hábito, peço a habitual pausa para poder responder.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Terei que pedir a habitual misericórdia e tolerância em termos de tempo ao senhor presidente da Assembleia que já estava a bater no relógio.

Sr. presidente da Mesa – Vou ser benevolente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Apelo então à sua benevolência, senhor presidente da Mesa. Este é o momento em que podemos obter explicações por parte do senhor presidente da Câmara porque temos aqui presente o jornal Diário Insular que fará chegar aos munícipes o que aqui se passa. Agradeço então ao senhor presidente da Mesa da Assembleia a devida tolerância para que possamos continuar este nosso diálogo acerca dos assuntos quotidianos do município.

Sr. presidente da Câmara – A questão da zona protegida não parece muito complexa e uma das situações que se levanta em relação aos terrenos de algumas pessoas tem exatamente a ver com uma área de proteção da falésia que está a ser resolvida. Teria sido mais fácil com menos interferência na propriedade privada se o caminho tivesse seguido sempre encostado à falésia mas desvia-se para o interior justamente para evitar essas zonas protegidas. As questões mais complexas têm a ver com a propriedade privada e as situações ambientais estão controladas. Estamos a tentar evitar uma suspensão do PDM, o que faremos se for necessário, e esperamos resolver a situação da Serretinha até ao final do verão.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Mais uma vez, suspende-se o PDM...

Sr. presidente da Câmara – O mecanismo de suspensão existe e deve ser usado quando é preciso. Os planos não são coletes-de-forças e têm que ser geridos com sensatez porque foi para isso que foram criados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Que isto sirva também para os particulares, senhor presidente. Quando se trata de um particular, não se suspende o PDM.

Sr. presidente da Câmara – A última suspensão do nosso PDM foi feita para benefício de um particular. Se o senhor leu o Jornal Oficial, deve ter visto isso. O senhor tem razão quanto às intempéries mas estas duas matérias têm configuração diferente. O problema das traseiras das casas da Rua Capitão João d'Ávila deriva da Circular Externa, uma matéria que deve ser resolvida pelo serviço de Obras Públicas que terá que encontrar uma solução para que a água que desce da rotunda de Santa Luzia e vem pela Circular, não vá parar àquele lugar. Foram estabelecidos os necessários contactos e a solução é criar um sumidouro junto à Circular para reter a água. A Câmara acabou de criar um segundo sumidouro por detrás de S. Rafael e convidou os senhores deputados a visitarem a obra gigante que lá está que resolve uma parte importante do problema. A infiltração das águas do escoamento de superfície é a melhor técnica para resolver esse problema e é o que está a ser feito.

A situação da Canada do Fainha é um problema municipal e dos serviços do Ambiente. Estão a ser estabelecidos contactos entre ambas as partes, a ser planeado um transvase e é preciso fazer um canal com cerca de 200 metros de comprimento para desviar para a Grota do Vale a água que vem pelos terrenos para a Canada do Fainha. O projeto está a ser feito, trata-se de uma obra de pouca monta mas de grande importância para quem vive ali.

Mais complexa é a situação dos Cupins. Há uma ligação entre duas grotas e agora, com o desvio das águas para evitar que venham parar ao centro da cidade, aumentou-se o caudal da grotta que passa ao lado do cemitério da Conceição que causou o colapso da ligação entre as duas. A água já não corre para aqui porque foi desviada para os Cupins mas já causou alguns problemas na última chuvada e temos neste momento em curso uma obra complexa para resolvermos o assunto.

Sr. vereador Guido Teles – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, caros colegas da Câmara Municipal. A respeito das zonas balneares e tomando em conta essa comparação com as ilhas do Pico e de S. Jorge, a verdade é que as costas das nossas ilhas têm diferentes características. No caso do Pico, que conheço melhor, existem barreiras físicas naturais que acabam por proteger essas zonas balneares dos temporais.

No ano passado gastámos mais de 300 mil euros em algumas melhorias e uma boa parte desse valor destinou-se a reparações de danos causados nas zonas balneares. Este ano voltámos a gastar mais 200 mil euros, em boa parte também para corrigirmos danos provocados pelo mau tempo.

Continuamos a contar com sete zonas balneares. Ontem decorreram as vistorias, todas as zonas foram aprovadas e seis delas continuam com bandeira azul. Em parceria com a junta de freguesia da Feteira procedemos a melhorias na zona de banhos da Serretinha que fica com melhores condições de utilização e temos uma obra em curso para a criação de uma nova zona de banhos de dimensão considerável na zona do Fanal.

Temos feito diversas melhorias para possibilitar outras condições de utilização às várias zonas de banho existentes no concelho. A Prainha continua com todas as condições e acessível a pessoas com mobilidade condicionada e temos mais duas zonas com essas condições. Os Salgueiros, reconhecidos com a bandeira azul, e o Refugo que também cumpre todos os parâmetros para ser considerada zona acessível, carecendo apenas de um ajustamento do declive para a entrada no solário.

Temos vindo a fazer várias intervenções no sentido de melhorar as condições das zonas balneares, investindo também em obras de recuperação de danos provocados pelos temporais de inverno. É sempre possível fazer melhor mas estas coisas levam o seu tempo porque custam muito dinheiro. O investimento tem sido considerável e acima da média do que acontece em grande parte dos municípios açorianos. A Terceira é a ilha com mais zonas balneares ativas nos Açores e onde têm sido feitos grandes investimentos por parte de ambos os municípios.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Todos os anos são gastos 200, 300 ou 400 mil euros em remendos e talvez fosse melhor mudar de estratégia com investimentos maiores e mais duradouros.

Estamos na época da revoada das térmitas e a quantidade de pombos voltou a atingir proporções terríveis. Tive a oportunidade de visitar o museu, a zona da Memória e o castelo de S. João Batista com familiares que cá estiveram de férias e o termo «repugnante» talvez seja insuficiente para descrever o que se vê nas imediações do museu; não há capacidade de limpeza que resista a tamanha conspurcação.

Senhor presidente, para quando se preveem ações efetivas de combate a esta praga que não se compadece com medidas protecionistas e com algumas associações que se dizem defensoras dos direitos dos animais e se esquecem da saúde pública e do conforto das populações? Esta praga afeta sobretudo as nossas zonas urbanas e parece cada vez mais difícil de combater. Peço ao senhor presidente da Câmara um ponto de situação quanto às térmitas visto que, noutros anos, eram colocadas armadilhas e realizadas campanhas de sensibilização, o que este ano não se verifica.

Temos na nossa agenda de trabalhos de hoje a reconstrução da igreja das Concecionistas numa colaboração entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia ao abrigo do IFRRU mas mantêm-se outras ruínas que continuam na posse de privados, mudaram de nome mas não mudaram de estado.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se já foi encontrada a solução técnica para o prolongamento do enrocamento da obra de proteção da orla costeira que vai do Fanal até à baía da Silveira.

O senhor presidente referiu-se ao vandalismo no concelho que é transversal aos equipamentos públicos e privados e os equipamentos de diversão dos parques infantis estão cada vez mais danificados. Não foram feitos os investimentos que o senhor julga e continua tudo na mesma com muita coisa estragada. Aquela pirâmide do Relvão que as crianças gostam de subir - o equipamento mais perigoso - tem cabos de aço rebentados por todos os lados. Será que

devemos recorrer à videovigilância? O que andam a fazer os efetivos da polícia? É preciso reunirmos com a PSP para que os fenómenos relativos à droga e ao vandalismo público e privado sejam salvaguardados?

O problema do estacionamento em Angra agrava-se por altura das Sanjoaninas devido ao condicionamento do Bailão, do Prior do Crato e de outras zonas da cidade e a Câmara tarda em encontrar soluções que constam, aliás, do acordo com o PSD que levou à aprovação do orçamento camarário para este ano. O parque de estacionamento anexo ao Relvão está bom, funciona e os angrenses aderiram, mas não é suficiente porque já está a abarrotar. Falta o estacionamento subterrâneo debaixo do mercado municipal no sítio onde está e falta o parque da Queimada para onde, segundo consta, o senhor presidente da Câmara terá a intenção de transferir provisoriamente o mercado quando forem feitas obras. Talvez o maior problema de trânsito no concelho de Angra se deva às dificuldades de estacionamento que se multiplicam por altura das festas Sanjoaninas.

Sr. presidente da Câmara – Os investimentos duradouros nas zonas balneares são uma preocupação da Câmara. Infelizmente, a maior parte das zonas são antigas e foram construídas com materiais e estratégias de construção que nos causam sérios problemas e as obras novas já são efetuadas de forma a oferecer outra capacidade de resistência ao mar. Não estamos a ter prejuízos repetidos nos mesmos locais, vamos tendo prejuízos em outras zonas com necessidades de intervenção e é o que continuará a ser feito.

Quanto às pragas urbanas, o estudo relativo às térmitas era habitualmente feito pela Secretaria do Ambiente, não sei por que razão não está a ser feito porque não fui informado, mas tentarei perceber o que aconteceu.

Os pombos são já um assunto muito sério porque a infestação já atinge casas particulares além da zona urbana. Toda a gente que mora na zona sul da ilha Terceira está a ter problemas sérios com estas aves, temos tomado algumas medidas de controlo que se têm revelado manifestamente insuficientes, o assunto é extremamente delicado e ainda esta semana tivemos sérios problemas. Perante uma operação de controlo, os defensores de pombos chamaram as autoridades e creio até que a Polícia Judiciária foi alertada por causa do assassinato de um pombo.

Não quero falar assim, isto é uma brincadeira, mas há, de facto, uma grande contestação a qualquer medida de controlo da população de pombos, um problema complicado para os privados e para as entidades públicas que esperamos ver resolvido de outra maneira. Quanto a mim, os pombos são uma preocupação muito maior do que as térmitas porque já existem técnicas que permitem um razoável controlo sobre esta praga, a nossa população está já muito desperta para a matéria e as coisas têm corrido manifestamente bem no investimento privado. No que respeita aos pombos, estamos muito mal porque, além da estética, trata-se também de uma questão de saúde pública. Devido à acidez das fezes, até a própria pedra e o cimento são corroídos e os danos são permanentes em alguns casos. O assunto é muito difícil de resolver mas vamos tentando com muita calma.

Quanto às ruínas, esta Assembleia dará hoje aquilo que esperamos ser o passo final do processo da igreja das Concecionistas e ainda falta alguma formalização a respeito da igreja do Livramento cujo processo está completo e estão a decorrer as últimas negociações no sentido de resolver o assunto. Muito provavelmente, na próxima reunião desta Assembleia será dado um passo igual ao que hoje está a ser dado em relação às Concecionistas.

Em relação à Fanfarra, a outra grande ruína, existem alguns assuntos pendentes relacionados com a própria instituição, que esperamos ver algum dia ultrapassados, e o Clube Náutico tem as coisas muito bem encaminhadas com a possibilidade de resolução dos problemas a breve trecho. Foram dados passos importantes no que respeita aos imóveis privados mas tenho o

dever de reserva e não posso discutir nem anunciar as obras que não são públicas. Posso dar-vos conta também que foi encontrada uma solução técnica que, possivelmente, resolverá o assunto da Silveira e estamos em fase de contratação do respetivo projeto.

A segurança no concelho é, de facto, um problema. O Conselho Municipal de Segurança reunirá logo a seguir às Sanjoaninas para fazermos o balanço das festas e ouvir as entidades ali presentes e onde todos os participantes poderão colocar as suas questões.

Quanto ao estacionamento, a situação está bem melhor do que antes porque foram criados mais 200 lugares, o equivalente a quatro vezes a Rua Direita, e não iniciámos qualquer movimentação em relação à Queimada cujo espaço será, quase de certeza, necessário para outro uso durante a fase de obra da construção do silo do mercado.

Anteontem foram dados passos muito significativos relativamente ao estacionamento em frente ao liceu. Há um problema relacionado com a posse de uma parte do terreno que pertence ao Estado, enquanto o terreno onde está situado o tribunal pertence à Câmara Municipal. Talvez o próprio tribunal seja da Câmara mas ainda não está esclarecido. Esteve cá a senhora Ministra da Justiça e a senhora Secretária de Estado da Justiça com quem reunimos, estamos a fazer uma proposta de permuta para cedermos os terrenos onde está implantado o tribunal em troca da parte do terreno que pertence ao Estado naquele parque de estacionamento e tudo isto terá que ser resolvido antes de podermos usar qualquer financiamento comunitário para a realização da obra. Ambas as partes acordaram que isso era preciso fazer-se e este foi um dos assuntos que constava da reunião com a senhora Ministra da Justiça que decorreu aqui na Câmara.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – As nossas funções aqui na Assembleia não devem ficar suspensas cada vez que esbarramos em dificuldades ou pelo facto de o Governo Regional não ligar patavina àquilo que aqui propomos ou decidimos. Apesar de possuir esse especial dever, também não acho que o senhor presidente da Câmara seja o único representante do concelho a protestar relativamente às questões que nos afetam a todos. Enquanto membros eleitos da Assembleia Municipal e representantes do povo, temos o dever de nos manifestarmos e volto a lançar o desafio para que tomemos novamente posições conjuntas porque é possível repetir a mesma coisa e obter resultados diferentes desde que se mude o enquadramento. Houve mudanças em titulares de pastas ao nível do plano do Governo Regional que, mesmo não tendo acontecido, justificariam a nossa persistência. Não devemos recuar perante a adversidade, por isso mantemos a nossa proposta de entendimento e de colaboração coletiva.

No que toca à segurança, penso que a videovigilância poderia ser implementada no concelho através de uma colaboração entre a Câmara Municipal e empresas de comunicações, à semelhança da «Smart cities», que, salvo erro, foi adjudicada à MEO. Talvez o sistema não seja tão produtivo nesta fase devido à sobre população de pombos que poderiam interferir com as câmaras ou defecando-lhes em cima reduzindo a sua eficácia na videovigilância, mas não deixa de ser um investimento futuro para garantir a segurança de dia e de noite, nas festas e noutros eventos ou em locais onde a polícia não possa estar presente.

Agora que está mais do que consolidado o encerramento da Praça Velha enquanto rotunda, é necessária alguma solução para o trânsito porque o centro da cidade é servido apenas por dois acessos desde a rotunda de S. Pedro através do Fanal e pela Rua da Sé ou vindo do Largo de S. Bento pela Rua da Guarita e pela Ladeira de S. Francisco. Com esta solução criou-se uma rotunda grande e quem entra na cidade descendo a artéria principal e não conseguindo sair por alguma das transversais por alguma razão, não tem outro remédio senão subir a Rua do Galo e voltar a fazer o percurso. O mesmo se passa em sentido contrário para quem vem do Largo de S. Bento no pára-arranca e desce a Ladeira de S. Francisco. Se não conseguir virar ali à esquerda ou à direita por algum impedimento temporário, não terá outro remédio senão continuar a subir a artéria principal, ir à rotunda de S. Pedro e fazer o percurso inverso para voltar ao centro da cidade.

Na minha opinião, são questões um bocadinho atrapalhadas que podem ser melhoradas com a construção de um silo como solução para o mercado municipal. A propósito, gostaria de felicitar o senhor presidente da Câmara pela decisão e recorde que esta proposta foi apresentada em 1997 pelo, então candidato do CDS-PP, Jorge Forjaz. Passados 22 anos, um presidente da Câmara de Angra vai aproveitar esta ideia que é bastante interessante e é caso para dizer que, mais vale tarde do que nunca.

Agradecendo a explicação dada pelo senhor presidente da Câmara no período de Antes da Ordem do Dia acerca do entendimento com a diocese a respeito da prevenção de situações como a que aconteceu nas Quatro Ribeiras, pergunto-lhe se o concelho da Praia da Vitória esteve também envolvido na reunião ou se haverá uma fronteira com soluções díspares entre ambos os concelhos negociadas com a diocese. O acidente ocorreu no concelho vizinho, que não nos diz respeito diretamente, mas a única informação de que dispomos refere-se a Angra.

Sr. presidente da Câmara – As reuniões aconteceram em Angra entre a polícia, a diocese e a Câmara e não sei o que está acontecer na Praia da Vitória. A diocese é dos Açores e naturalmente fará circular a informação através dos canais próprios para os párocos dos diversos concelhos, uma matéria sobre a qual, nada sei.

Percebo o interesse na videovigilância sobre a qual tenho alguma resistência mental porque tem a ver com a nossa liberdade e privacidade e não é propriamente uma solução muito boa. No entanto, entre matar alguém por destruir um dragoeiro e pôr uma câmara, começo a preferir a câmara.

Falando agora num tom mais sério, esta é uma matéria verdadeiramente complexa porque tem a ver com direitos fundamentais das pessoas e não pode ser encarada de ânimo leve. Também é verdade que a maior parte das cidades europeias optou pela videovigilância e não são propriamente sociedades menos livres do que a nossa.

É preciso encontrar um equilíbrio entre a garantia da privacidade e dos direitos individuais e a necessidade de proteger os bens públicos e privados. O vandalismo é uma grande preocupação porque não são apenas afetados os bens públicos e atinge também os privados desde viaturas, cancelas, portões, casas de ordenha, ferramentas agrícolas, etc. Não se passa apenas na cidade e no espaço público; o vandalismo afeta também o espaço privado, razão pela qual, creio que a abordagem tem que ser feita também no âmbito do Conselho Municipal de Segurança essencialmente com as autoridades policiais porque, é de uma questão de polícia que se trata que precisa de ser resolvida.

A colocação de câmaras de videovigilância tem uma complexidade legal grande e uma complexidade filosófica ainda maior. O assunto não pode ser totalmente descartado mas, como já referi, também não deve ser decidido de ânimo leve.

Quanto aos acessos a Angra, a nossa cidade nasceu com uma estrutura viária linear que se foi ramificando, mantém este eixo principal Este-Oeste e a questão da Praça Velha é absolutamente irrelevante nesta matéria...

Sra. d. m. Brites Cunha – Quem é que falou na Praça Velha, senhor presidente?

Sr. presidente da Câmara – Eu.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Está muito mais bonita agora com o tapete vermelho.

Sr. presidente da Câmara – Já recebi uma chamada do Space Shuttle a dizer que gostavam da «mancha amarela».

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É o mais perto que vamos estar do Air Center.

Sr. presidente da Câmara – Quanto ao eixo Este-Oeste, existe uma solução estudada e um projeto que está feito e deve ser realizado a breve trecho. Como devem ter reparado, a

colocação das árvores no Alto das Covas seguiu uma lógica diferente das que lá estavam por causa da implantação de uma nova malha de circulação e uma das soluções será permitir a viragem da Rua do Rego para a Rua da Sé. A grande restrição acontece no Alto das Covas durante a manhã porque interfere com a largada das crianças na escola o que causa um problema complexo ao nível do trânsito. Em vez da descida para aquele lado, pretende-se que seja feita por detrás da escola, transformando-a numa rotunda para permitir que se volte para baixo ou para cima.

Os angrenses já notaram que desapareceu o engarrafamento constante na Rua da Sé e na Rua do Galo durante a manhã, o que revela que já pensaram nisso quando votaram, razão pela qual, o senhor deputado ficou na situação em que está. Não se preocupe que isto está tudo devidamente considerado.

Sr. d. m. Délio Borges – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros vereadores, senhoras e senhores deputados. O senhor presidente referia na sua intervenção a possibilidade da libertação de fundos para novas candidaturas...

Sr. presidente da Câmara – Eventualmente assim será. Depende da aprovação.

Sr. d. m. Délio Borges – É do conhecimento público a libertação de sessenta milhões da reserva de eficiência para permitir o avanço de candidaturas. Além da candidatura referente ao Centro Interpretativo, pergunto se existe a possibilidade de uma outra para a obra do mercado municipal, uma situação confrangedora bem conhecida dos angrenses visto que continuam a chegar-nos relatos de pessoas que acompanham grupos de turistas àquele espaço que transmite uma péssima imagem da cidade a quem nos visita.

Relativamente ao trânsito e tendo em conta a conclusão do encerramento da Praça Velha, pergunto ao senhor presidente da Câmara se perspectiva mais alguns encerramentos ao trânsito parciais ou totais de outras vias públicas no centro de Angra.

Chegaram-nos queixas relativas a excessos de velocidade naquele troço do Caminho do Meio de S. Carlos entre a Silveira e a rotunda da escola Tomás de Borba que põem em perigo a vida das pessoas, especialmente crianças, uma situação que talvez possa ser controlada com a colocação de limitadores de velocidade através de lombas definitivas ou em PVC para salvaguardar a segurança de quem circula naquela via.

Sr. presidente da Câmara – Como já referi no início da informação sobre a atividade municipal, o projeto do mercado municipal está pronto e foi visto em reunião de Câmara. Está incluído naquilo que se chama de «mapeamento» e estamos a estabelecer os necessários contactos no sentido de entender em que eixo o mesmo poderá ser colocado. A obra do silo e do mercado municipal é de grande dimensão, o seu custo andarà pelos seis ou sete milhões de euros e terá necessariamente que ser cofinanciada.

Não antevejo o encerramento de mais nenhuma via no centro da cidade e não posso fazer avaliações a respeito do excesso de velocidade no troço do Caminho do Meio de S. Carlos entre a Silveira e a escola Tomás de Borba. Como se trata de uma via de gestão regional, a colocação de qualquer dispositivo de controlo de velocidade é da responsabilidade da entidade gestora da via.

Sra. d. m. Sandra Garcia – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia. É um gosto dirigir-me a V. Exa nesta qualidade efémera. Desejo também um bom dia ao senhor presidente da Câmara, à restante vereação e aos senhores deputados municipais. Pedi a palavra para fazer uma saudação e um apelo naquela que será a minha primeira e, provavelmente, a última intervenção nesta Assembleia.

Como sabem, por escolha própria, não sou um elemento permanente desta bancada e normalmente sento-me aqui para substituir alguém. Sou funcionária desta casa há muitos anos e com muito orgulho para servir todos os municípios, independentemente das suas cores políticas. Já que tenho esta oportunidade e como o tema nos une, quero fazer a tal saudação a esta Assembleia pela posição coesa e unida como defenderam Angra do Heroísmo e a ilha Terceira há pouco mais de um ano, fazendo o apelo para que isto não fique assim. Com a permissão das restantes bancadas, quero saudar de modo particular e muito significativo o elenco do executivo camarário e a bancada do PS.

Embora tenham passado mais de vinte anos, ainda me lembro de um outro presidente da Câmara, o doutor Joaquim Ponte que, à semelhança do senhor Álamo de Meneses e de outros deputados municipais do PSD, tiveram que pôr um travão a estes devaneios centralistas de S. Miguel, algo que, de vez em quando lhes dá e nem sempre lhes passa; infelizmente, nunca foram tão descarados nem tão fortes como na atual conjuntura.

Como sou dada a lirismos, gostei muito do que significou esta união, mas percebo que não é suficiente como o ilustraram o senhor presidente da Câmara e os representantes das restantes bancadas parlamentares, faltando apenas uma semana para as festas Sanjoaninas, algo que nos deve preocupar a todos. Percebendo que nem sempre são tomadas posições deste género, peço à oposição que continue a bater. Como sabemos que as coisas podem fazer-se de outra maneira, peço a quem tiver algum acesso aos corredores do poder, que continue a defender Angra, a ilha Terceira e o próprio arquipélago dos Açores em geral porque, se uma parte estiver bem, o conjunto estará ainda melhor.

Aproveitando a intervenção do senhor presidente do Governo Regional no dia da região, é preciso lembrá-lo que não se pode pedir à nação e à Europa o princípio da subsidiariedade, se o mesmo não for praticado cá dentro. É preciso lembrar o senhor presidente do Governo Regional que deve começar por casa antes de pedir coesão às instâncias superiores ao nível nacional e europeu. Alguns dos membros desta Assembleia, da posição e da oposição, são também deputados regionais, por isso vos peço que não se esqueçam que o nosso primeiro dever é para com a nossa população.

Se me permitem, termino com uma declaração de interesses visto que sou uma das técnicas responsáveis pelas traduções em inglês desta casa...

Risos na sala.

Hoje em dia ainda há quem me pergunte mas... não! Não sou a responsável pela tradução das placas nem do «Top of the holes». Nada disso. Peço mais uma vez desculpas pelo interesse pessoal mas não poderia deixar de referir aqui esta delícia.

Espero que nos vejamos mais vezes lá fora do que aqui porque, cada vez que cá venho, na maior parte das vezes entro muda e saio calada por questões de ética a que me obrigo e por acreditar pouco em gente que veste casaco e despe casaco, uma vez é a Olívia patroa e a outra, a Olívia empregada. Nesta casa sou, com muito orgulho, a Olívia empregada. Muito obrigada e continuação de um bom trabalho a todos.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Intervenho para agradecer o valor da fé que nos foi atribuído pelo senhor deputado Luís Rendeiro porque a fé é que nos salva. Em resposta ao senhor deputado Nuno Melo Alves, que diz que há quem recue perante as adversidades, pois foi em nome da fé que se fizeram as maiores cruzadas e se ganharam as maiores batalhas, por isso juntamos uma espécie das três figuras da trindade que seriam: a fé, a firmeza e os factos. É com estes princípios que temos uma maioria que, tal como nós, confia nestes três lemas.

A estratégia pode variar mas a finalidade será garantidamente a mesma. Tenhamos a clareza de perceber que há competências e competências e há que mudar de estratégia quando for necessário. Talvez possamos discutir o assunto noutra momento, não sei se valerá a pena manter as estratégias quando os resultados não forem os esperados, mas é um facto que esta Câmara e todos aqui representados têm outras formas de promover e zelar pelas políticas municipais e pelo crescimento do seu município sem pedir essa responsabilidade a terceiros.

Há muito trabalho que podemos fazer e propostas a apresentar e não devemos olhar sempre para o umbigo do outro. Pegando no exemplo dado pelo senhor deputado Luís Rendeiro relativo às festas da Praia e ao festival Monte Verde, lembro que a cidade da Horta usou o mesmo argumento por altura da criação das Festas da Praia porque já lá decorria a Semana do Mar.

O importante é não desistir e fazer cada vez mais e melhor cá dentro, mudando de estratégia se a outra não funcionar. Devemos manter a união e a fidelidade aos princípios e ao partido que defendemos, convictos de que a Terceira e a cidade de Angra não são ultrapassáveis por nenhuma outra ilha ou cidade desta região.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Saúdo o senhor presidente da Assembleia, o senhor presidente da Câmara e respetiva vereação, caros colegas deputados municipais. Ao jeito de reflexão sobre algumas coisas que aqui foram ditas e tocando um pouco naquilo que a colega Sandra Garcia acabou de dizer, estou certo que, qualquer um de nós aqui sentados, independentemente da cor partidária, procura representar da melhor forma a sua freguesia e a sua ilha, desejando sempre o melhor para o futuro.

Relativamente ao trabalho da atividade municipal e fazendo uma avaliação do primeiro mandato, não duvido que se atendeu rapidamente a obras que estavam paradas à espera de apoios comunitários. De forma corajosa, a Câmara pegou em fundos próprios, avançou com projetos e fez obras de proximidade, desbloqueando diversas situações e resolvendo problemas que se arrastavam há muito.

Estou aqui como convidado e representante da bancada do Partido Socialista enquanto me aceitarem. Normalmente peço para ficar nos lugares menos elegíveis por falta de disponibilidade mas estarei disponível sempre que possa dar um bom contributo à minha terra e à minha ilha. A Câmara Municipal não precisa que a defenda dos erros que têm sido cometidos porque o senhor presidente da Câmara é suficientemente inteligente, tem costas bastante largas e uma equipa jovem que o defenda. Como terceirense com três filhos e ligado a alguns setores da agricultura, vejo-me obrigado a utilizar a palavra «bairrismo» porque me preocupa uma certa estagnação na ilha Terceira comparativamente à ilha de S. Miguel.

Se, numa determinada reunião da Assembleia, me pus do lado do entrave à construção do cais de cruzeiros por considerar o projeto megalómano e havia a necessidade de nos centrarmos noutros problemas desta ilha, parece-me que agora chegou a altura de voltarmos a ser um pouco mais ambiciosos e apresentar aqui algumas ideias estratégicas que criem oportunidades de emprego para os mais jovens e a população não precise de sair da ilha. Como sabem, os últimos censos são de 2011 e os próximos serão em 2021 mas o Serviço Regional de Estatística tem formas de fazer estimativas e nós perdemos sensivelmente 1 600 pessoas. A ilha Terceira não é caso único e na década de 1960 perdeu cerca de 30% da sua população.

A semana passada estive na apresentação de um estudo económico relativamente ao possível impacto das verbas comunitárias para a agricultura em que foram apresentados vários cenários e confesso que nenhum deles era animador. Apesar de tudo, a agricultura tem-se revelado uma forma de almofada para alguma absorção de emprego por ser uma atividade que, numa primeira fase, não necessita de recursos tão qualificados, mas atingiu a sua saturação. Continuamos com problemas muito graves ao nível da sustentabilidade de muitas explorações

porque os preços de venda dos produtos não subiram e temos valores inferiores comparativos a S. Miguel.

Por mais hostéis e alojamentos locais que se construam para receber turistas que trazem receitas e movimento à ilha e obras que se façam no mercado municipal para turista ver, estou mais preocupado com os que estão cá. Tenho a certeza que o senhor presidente da Câmara Álvaro de Meneses está muito sozinho porque se ouvem poucas vozes nesta ilha em defesa destas situações. Confesso que já cá vim pedir ajuda em situações que não são da sua competência e sei que é uma pessoa que é ouvida.

Esta ilha teve nos vários quadrantes políticos, pessoas de referência que, de alguma forma, conseguiram impor-se e fazer ouvir a voz da Terceira. Neste momento sinto-me muito desiludido porque vejo que estamos a ser sistematicamente deixados para trás e tenho muita pena que assim seja.

Estas minhas preocupações em nada diminuem o mérito do bom trabalho que foi feito. Basta sair à Praça Velha e olhar à volta para vermos que foram feitas pequenas coisas que deram uma grande visibilidade à nossa cidade.

Acredito que não deve ser fácil estar sentado nessa cadeira, senhor presidente da Câmara. Uns acham que a árvore está velha e deveria ter sido cortada, outros defendem que afinal não se deveria cortar a árvore porque ainda estava viva, e por aí adiante.

Talvez este órgão não tenha poderes para tal mas é importante que o senhor presidente da Câmara, os respetivos vereadores e cada um de nós, defenda os interesses da nossa ilha com maior ambição em termos de atividades e projetos estratégicos e o Governo Regional deve dar um pouco mais de atenção às ambições da nossa ilha.

Lembrando o lema da campanha do senhor presidente da Câmara, peço-lhe que, em vez de «Angra mais forte», da próxima vez altere o *slogan* para «Angra e ilha Terceira mais fortes» porque tenho a sensação que estamos um pouco estagnados neste momento.

Sr. presidente da Câmara – Agradeço o que foi dito pelos dois grupos municipais em relação àquilo que pode e deve ser a atividade da Câmara e o meu papel nesse processo, reconheço as minhas responsabilidades na matéria e tudo farei para que a nossa voz seja ouvida. Ao longo destes anos em que aqui estou tenho feito os possíveis por me pautar por alguma independência em relação às questões da política partidária porque tenho um compromisso com todos os angrenses sem defender uma posição específica de qualquer cor política. Tenho-me absterido de parecer porta-voz de qualquer força política porque não creio que deva ser esse o papel de um presidente de Câmara que tem a obrigação de alguma reserva exatamente pelas funções que exerce.

Estamos todos conscientes da importância das questões de natureza estratégica que afetam a ilha. Esta noite tivemos aqui a presença do Ministro da Ciência e do Ensino Superior e creio que se deram passos significativos no sentido de arrancarmos com o funcionamento do TERINOV e do Air Center que terá outras componentes além da «mancha amarela». Agradeço o apoio de todas as bancadas políticas e em particular da do PS, no sentido de levarmos a bom porto os objetivos da ilha.

Sr. d. m. Luís Costa – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restante executivo, caros colegas. As últimas enxurradas que se abateram sobre a ilha Terceira afetaram mais fortemente as freguesias das Cinco Ribeiras, Santa Bárbara, Doze Ribeiras e S. Bartolomeu onde passa a ribeira com o maior caudal da ilha. Graças a Deus, nada de grave aconteceu porque a água lá seguiu o seu curso devido também à excelente intervenção da junta de freguesia que procedeu a limpezas no início do ano, o que é de louvar porque as ribeiras de S. Bartolomeu são largas e difíceis de limpar e os recursos são poucos. Sei que foi

feito um excelente trabalho nas outras freguesias mas, como resido na freguesia de S. Bartolomeu e estou a par da situação, posso testemunhar que o pessoal que estava ao serviço da junta de freguesia acompanhou o percurso da água com muita atenção porque a ribeira passa próxima das habitações.

É preciso não esquecer que, quando surge uma intempérie, os funcionários das juntas de freguesia são os primeiros a acudir à situação e só depois é que chegam as outras forças de apoio. A junta de freguesia de S. Bartolomeu fez um pedido à Câmara Municipal a solicitar um pequeno armário com um *kit* composto por uns coletes, um rádio e outro material para poder intervir de imediato a estas situações com eficácia e segurança mas, segundo consta, o pedido foi indeferido.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se não ficaríamos todos a ganhar se todas as juntas de freguesia tivessem ao seu dispor um pequeno *kit* composto por três capacetes, três coletes e um rádio dentro de um armário que pudessem levar para o terreno porque as calamidades podem acontecer em qualquer freguesia, de dia ou de noite, e as restantes forças de intervenção só chegam depois de as juntas de freguesia terem atuado.

Fui presidente de junta de freguesia durante doze anos e sei que não é fácil adquirir determinados materiais mas as juntas possuem cada vez mais competências e têm que recorrer a alguns fundos para poderem munir-se desses materiais. Fiquei admirado quando soube que o pedido feito ao senhor presidente da Câmara tinha sido indeferido, por isso gostaria de ouvir alguma explicação da sua parte e se existe algum projeto nesse sentido para que as juntas de freguesia possam desempenhar um trabalho cada vez melhor.

Sr. presidente da Câmara – Estávamos aqui a interrogar-nos uns aos outros para vermos se alguém se lembrava do que se tratava mas havemos de chegar a alguma conclusão. Como os senhores presidentes de junta aqui presentes sabem, as juntas de freguesia são um elo essencial nas questões de proteção civil e nós temos tido sempre uma grande cautela no sentido de garantir que toda a gente conheça as regras e saiba o que é preciso fazer com o respetivo plano elaborado. No início de cada mandato têm sido organizados aqui uns pequenos cursos com o objetivo de preparar as pessoas para a sua atuação em caso de necessidade. Creio que toda a gente tem coletes e outras coisas tais, se não os tiverem, podemos arranjá-los sem problema nenhum.

Uma questão mais complexa tem a ver com a criação de núcleos de proteção civil a nível de freguesia, uma matéria que está regulamentada, não depende apenas do município e tem uma relação com o Serviço Regional de Proteção Civil. A utilização de rádios depende do licenciamento de frequências e da regulação da ANACOM que levanta algumas dificuldades, embora creio que se vá a caminho de encontrar uma solução nova visto que a Proteção Civil Regional ofereceu cerca de uma centena de rádios que podem funcionar em frequências livres não sujeitas a licenciamento. Neste momento não é uma solução adequada a entrega de rádios sujeitos a licenciamento, exceto em situações de emergência, e temos uma bateria desses rádios que serão entregues aos senhores presidentes de junta no caso de acontecer qualquer coisa.

Teremos todo o interesse quanto à disponibilidade de materiais de proteção civil nas freguesias e creio que o único óbice legal tem a ver com a questão da constituição do núcleo e com a utilização de rádio frequências que obedece a um enquadramento legal específico. Tirando isso, teremos condições para resolver.

Fica desde já convidado o senhor representante da junta de freguesia de S. Bartolomeu a estar presente na próxima reunião que teremos com os senhores presidentes de junta de freguesia daqui a pouco tempo por causa das cancelas e das procissões que referimos há pouco. Nessa altura poderemos debater essa questão e ir ao encontro das soluções que as juntas de freguesia considerarem mais adequadas para que toda a gente disponha de material. É do interesse da

Câmara e de todos nós que haja condições para uma rápida intervenção de todas as juntas de freguesia em situações de emergência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – A última reunião do Conselho de Ilha que terminou sem quórum, invalidando tudo que lá foi discutido pela impossibilidade de ser votado, revela o baixar de braços que existe na sociedade terceirense, quer nos seus representantes ao nível das instituições sociais, económicas e políticas, quer na total inutilidade dos seus pareceres que não têm levado a nenhum tipo de consequência em termos do desenvolvimento da ilha. Eu e esta bancada do PSD estamos à vontade para falar porque não votámos neste governo mas começa a ser notório, algum desconforto da bancada do Partido Socialista para com a própria governação. Se acham que a voz do presidente da Câmara está isolada, é importante que façam ouvir também a vossa voz e o vosso descontentamento. Por acaso não tenho ouvido muito o senhor presidente, talvez por não ouvir a Rádio Clube de Angra ao fim de semana, mas ouço-o durante a semana...

Sr. presidente da Câmara – É na Rádio Horizonte.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Temos estado a fazer o apelo desde o início para que essa voz seja ouvida da parte da bancada do Partido Socialista e do Partido Socialista da ilha Terceira.

Senhor presidente da Câmara, o que é que aconteceu aos vários projetos do mercado Duque de Bragança? Desde a presidência do doutor Joaquim Ponte ou do engenheiro Rui Andrade havia já um projeto para implantação do mercado municipal no sítio onde está com estacionamento subterrâneo e a doutora Andreia Cardoso pagou e apresentou um outro projeto com as mesmas características. Isto de se andar a fazer e a pagar projetos em cima de projetos sem que sirvam para nada e não se aprenda com a experiência adquirida, é algo que me preocupa. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos dissesse em que gaveta estão guardados todos esses projetos para que os possamos consultar e aferir das soluções mais adequadas.

Ainda a respeito da praga de pombos, por uma questão profissional, o que mais me preocupa é a saúde pública. As organizações de defesa dos direitos dos animais contribuem para a consciencialização e a forma como se tratam os animais nas sociedades modernas mas preocupa-me o crescimento de ativismos e extremismos por parte de uma franja da população que coloca o bem-estar dos animais acima dos interesses das populações, da segurança e da saúde pública, demonstrando uma enorme ignorância, alguma estupidez e uma ausência total de bom senso.

Essa franja da população está a crescer também em representatividade política. Não preciso de ir tão longe como alguns comentadores televisivos ao apelidarem e adjetivarem algumas das pessoas que se dedicam a esse tipo de ativismos, mas manifesto aqui a minha preocupação em relação a esses fenómenos, sobretudo depois de ouvir o senhor presidente da Câmara dizer que, até a polícia foi chamada no âmbito de uma ação de controlo da densidade populacional dos pombos.

Tudo isto nos deve preocupar a todos. Cientes da liberdade de expressão na sociedade livre que vivemos em democracia, excessos são excessos e não nos devemos deixar afetar por essas franjas que, cada vez mais condicionam as medidas que têm que ser tomadas no que diz respeito à saúde e à proteção das pessoas e bens. Os pombos são um problema crescente no concelho de Angra e, não tarda nada, uma das medidas a tomar será o abate de todas as palmeiras do concelho onde estas aves nidificam.

Não querendo chocar a senhora vereadora, se formos a ver, em termos de espaços públicos ou de propriedade privada, as palmeiras mais antigas são aquelas onde nidifica o maior número de pombos e, ao serem abatidas pelos privados, as aves desorientam-se e vão procurar pouso noutro lado provocando um desastre. Este é um problema grave e não uma questão de defesa

dos bichinhos que são uma praga, um problema de saúde pública e um assunto mais sério do que possa parecer.

Sr. presidente da Câmara – Partilho da preocupação que tem várias componentes ao nível da saúde pública e também da proteção do património, já que é também enorme a degradação dos edifícios por onde os pombos passam. Não sei explicar a razão mas o problema é grave e tem vindo a agudizar-se com um aumento muito rápido da população de pombos. Aquilo que era um problema essencialmente da parte baixa da cidade, abrange já uma área geográfica muito alargada. Não moro no centro da cidade e sofro com este problema, assim como os meus vizinhos em toda aquela zona.

Respondendo à questão colocada acerca do mercado municipal, nenhum dos projetos foi desprezado, apenas se foram alterando e adaptando. A principal alteração em relação ao projeto mais antigo que o senhor deputado referiu tem a ver com a capacidade do estacionamento que inicialmente era de apenas 98 lugares e optou-se por aumentar para 200. Aproveitou-se uma boa parte do que estava projetado mas, como o projeto inicial tinha entrada e a saída pelo mesmo lado, houve a necessidade de redimensionar a estrutura, obrigando ao alargamento da zona de intervenção para permitir o acesso à Rua do Rego, o que vai implicar a aquisição de uma parcela de terreno ao seminário, uma matéria que não estava considerada nos projetos iniciais. De resto, seguem-se as linhas que estavam preconizadas desde há bastante tempo com a incorporação de toda a informação existente nas partes dos projetos anteriores que puderam ser aproveitadas já que o atual silo automóvel tem mais do dobro da capacidade do que estava inicialmente projetado.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Quando foram cortadas as árvores à volta da igreja da Sé, os pombos foram ocupar outros espaços e há que tomar medidas drásticas para resolver este problema. O aumento da população de pombos poderá ter a ver com a redução do número de gaiivotas há uns tempos no aterro municipal porque as gaiivotas são predadoras desta espécie.

Visto que temos na nossa agenda de hoje uma proposta relacionada com a separação de lixo, gostaria de referir o tamanho demasiado reduzido das bocas dos contentores de resíduos recicláveis para acomodarem determinadas embalagens de cartolina, plástico ou esferovite. Mais uma vez deixo aqui um lembrete para que os Serviços Municipalizados tenham isto em conta e os próximos contentores tenham as bocas um pouco maiores para se evitar a colocação do lixo fora do recipiente por parte de quem não esteja disposto ou não consiga dobrar as embalagens para as colocar no respetivo contentor.

Ainda a respeito do que tem afetado o nosso concelho e a ilha Terceira por força de intervenção de terceiros, não temos competências nos transportes mas temos, perante quem nos elegeu, a responsabilidade de nos manifestarmos sempre que entendermos que outros órgãos, nomeadamente o Governo Regional, estejam a prejudicar o nosso concelho. Não basta ter fé, é preciso ação, por isso lanço mais uma vez o desafio para que se juntem a nós numa proposta. Independentemente do silêncio que possa haver da parte do Governo Regional, o impacto da nossa medida foi inegável, repetido ao nível do Conselho de Ilha e extravasou o âmbito da ilha sem produzir os resultados que esperaríamos mas causou grande incómodo e perturbação. Mais uma vez deixo isto à vossa consideração.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – No ano passado fizemos um investimento de cerca de 170 mil euros na aquisição de novos contentores para reciclagem com maior capacidade e aberturas maiores e com este reforço da rede de ecopontos verificámos uma maior adesão à reciclagem por parte das pessoas. Estamos a prever para a próxima semana o lançamento de um novo concurso no valor de cerca de 300 mil euros para a aquisição de vários ecopontos e outro tipo de contentores de que necessitamos. Estes novos contentores serão de maior dimensão, terão as aberturas um pouco maiores e serão colocados em determinadas zonas, permanecendo nalguns locais, alguns dos atuais contentores com a abertura menor.

Terminadas as intervenções respeitantes ao Ponto 1.1, a informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal.

1.2 - Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo composto pela Câmara Municipal e pelos Serviços Municipalizados. Para apreciação e votação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 75.º e do artigo 76.º da Lei das Finanças Locais e nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O saldo da gerência de 2018, que resulta da operação de consolidação, ascende a 5 768 964,98 € (cinco milhões, setecentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos) composto por 5 437 472,06 € (cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois euros e seis cêntimos) de execução orçamental e 331 492,92 € (trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e dois euros e noventa e dois cêntimos) de operações de tesouraria.

O resultado líquido consolidado é de 3 126 194,83 € (três milhões, cento e vinte e seis mil, cento e noventa e quatro euros e oitenta e três cêntimos). Para aprovação do órgão deliberativo nos citados termos legais.

Sr. presidente da Câmara – O nosso grupo municipal não é complexo nem existem grandes dificuldades na consolidação e isto corresponde basicamente ao somatório das duas contas que foram aprovadas por esta Assembleia há alguns meses. A situação financeira do município é confortável, como também foi dito na altura, a consolidação é feita sem dificuldades e as únicas questões que permanecem e devem ser corrigidas em anos futuros têm a ver com as reservas levantadas também no orçamento.

A aprovação da conta do município e dos Serviços Municipalizados tem a ver com a valorização do imobilizado. De resto, temos uma situação confortável quer do ponto de vista dos fluxos financeiros disponíveis, quer da nossa capacidade de endividamento que neste momento tem um valor tão elevado que não nos deixa motivos para quaisquer preocupações.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Como já discutimos sobejas vezes a situação financeira da Câmara Municipal, apenas para registar em ata que o PSD, pelos mesmos motivos, continua a defender a necessidade de entrarmos num tempo de novos e maiores investimentos. As câmaras e as entidades públicas não devem dar prejuízo e nem é isso que se pretende mas, como não são entidades empresariais e não estão feitas para apresentarem lucros desta dimensão, exige-se que essas verbas sejam rapidamente reinvestidas no concelho, remetendo para aquelas matérias que o PSD defendeu e acordou com V. Exa a respeito dos documentos previsionais que estão com rubricas abertas a aguardar a sua concretização. O objetivo é que apareça obra feita no final deste mandato e não se chegue à intifada de primeiras pedras que fazem com que tudo tenha dez anos de atraso.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Quando chegamos a este ponto, reiteramos sempre a análise política dos documentos da Câmara, dos Serviços Municipalizados e da TERAMB que foi feita na devida altura. Neste momento a consolidação que aqui nos é apresentada decorre de uma exigência legal contabilística que é uma simples soma dos resultados. Nada nos opõe ao que aqui é apresentado, pelo que teremos um sentido de voto diferente do que foi a apreciação política destes documentos há uns meses. Nada temos a opor à sua soma aritmética ou pelo método de equivalência patrimonial e pelo método legal aplicável. O que queremos é distinguir que esta concordância com a consolidação de contas não reflete nem retira as posições políticas que manifestámos em devido tempo quando analisámos estes documentos individualmente.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.2 foi aprovado por maioria com 32 votos a favor (24 do PS, 1 da d. m. independente, 6 do PSD e 2 do CDS-PP) e 5 abstenções do PSD.

1.3 - Regulamento Municipal de Circuitos Turísticos em Veículos Hipomóveis. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 e do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles – Este regulamento visa definir as regras da atividade de exploração de carruagens puxadas por equídeos, as chamadas charretes. Tendo em conta o interesse demonstrado por várias empresas na exploração deste tipo de serviços, já levado a cabo mas com licenciamento pontual, torna-se assim necessária a regulamentação desta atividade para definir as características dos trens, dos trajas de cocheiro, dos cavalos, da forma como serão feitas as vistorias, a fixação das zonas de estacionamento, os circuitos e os respetivos horários. Os alvarás serão atribuídos por um período de um ano, sendo necessária uma nova vistoria para efeitos de validação.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – O n.º 5 do artigo 8.º do regulamento refere: «*No tratamento dispensado aos passageiros e ao público em geral devem ser usadas as boas normas de correção e hospitalidade*». Entretanto, no regulamento que discutiremos no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos de hoje consta um articulado legal semelhante que diz o seguinte: «*Usar de correção e urbanidade no trato com os passageiros e terceiros*». Gostaria de saber por que razão, nos táxis se aplica esta expressão da «... *correção e urbanidade no trato com os passageiros e terceiros*» e no outro, para carroças, se utiliza um termo diferente: «... *no tratamento dispensado aos passageiros e público em geral*». Isto acontece porque uma é rural e a outra é urbana? Fiquei meio baralhado quando li os dois textos e gostaria de ouvir alguma explicação por parte da Câmara a respeito desta diferenciação.

Sr. vereador Guido Teles – As regras que estão definidas são idênticas. Trata-se claramente de uma questão de terminologia mas a finalidade é a mesma.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Nem de propósito. Um regulamento destes é obrigatório, sobretudo porque o turismo em cidades património tem esta componente. Este serviço existe um pouco por toda a parte em muitos dos locais que visitamos e pode também ser utilizado pelos locais para passearem as crianças. Isto entronca com outra questão já aqui debatida que é o bem-estar animal porque, de vez em quando acontecem também acidentes com animais que são usados para tração destes veículos. Podemos vir a ser atacados pelos tais ativismos exacerbados sempre que aconteça um qualquer acidente, porque há quem não perceba que as exceções têm o nome de «acidente» em algumas circunstâncias.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se nos pode garantir as condições de utilização e exploração dos animais neste serviço com vista a minimizar os riscos de acidentes com os próprios animais e com os utentes do serviço porque pode haver um animal que se assuste ou apresente um comportamento indesejado neste tipo de situações. Gostaria também de saber se serão tidas em linha de conta as condições de higiene porque, até nos países mais desenvolvidos, há sempre problemas com cheiros provocados pelos dejetos dos animais que prestam estes serviços e podem perturbar a higiene, o conforto e a segurança das pessoas. Há um cuidado que devemos ter na limpeza e preservação dos nossos espaços.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Está já previsto o local de estacionamento para estes veículos? No sentido de se evitarem acidentes e porque se embelezaria a zona central da cidade, não seria melhor termos charretes estacionadas junto à Praça Velha em vez de autocarros grandes cheios de fumo? A propósito, pergunto para quando a construção da central de camionagem e se a

mesma virá entroncar com o estacionamento deste novo veículo que ficará disponibilizado na cidade.

Sr. vereador Guido Teles – Estão previstas todas as condições aplicáveis à higiene com os animais através da utilização dos sacos devidamente colocados na charrete. No que toca à condição física e de saúde dos animais, além das regras previstas no artigo 5º, é obrigatória a vistoria anual e o boletim de saúde do animal deve estar devidamente atualizado. O estacionamento está previsto no artigo 7º do regulamento que será definido em reunião da Câmara Municipal após um parecer da comissão municipal de trânsito.

A central de camionagem tem merecido a preocupação da Câmara e está relacionada com todo o processo de construção do mercado municipal e do respetivo silo automóvel. O projeto está definido e é nossa intenção arrancar com a obra no momento em que seja possível avançar com a construção do mercado municipal.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Existem ruas em Angra com os nomes adequados para a colocação destes equipamentos: a Rua Carreira dos Cavalos e a Rua da Palha, por exemplo. Não tem que ser tudo centrado na Praça Velha; já basta a «mancha amarela», o Air Center e o palco. Ponham as charretes noutros sítios.

Terminadas as intervenções, o Regulamento Municipal de Circuitos Turísticos em Veículos Hipomóveis constante do Ponto 1.3 foi posto à votação e aprovado por unanimidade.

1.4 - Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 e do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Este regulamento sofrerá apenas três alterações que refletem o que foi feito nestes últimos anos em colaboração com a associação dos taxistas. O regulamento anterior fixava em 65, este reduz para 50 o número de táxis e corresponde à retirada de 16 licenças do mercado como foi já acordado com os taxistas. Neste momento existem apenas 49 táxis, ficando uma das licenças destinada a uma viatura adaptada ao transporte de pessoas com dificuldades motoras e a terceira alteração visa libertar o estacionamento nas freguesias porque o que está regulamentado atualmente é o regime de estacionamento condicionado, o que significa que os taxistas apenas podem estar estacionados para tomada de passageiros em lugares previamente definidos. Pretende-se manter rigorosamente os que estão definidos no interior da cidade e tudo o que estiver da Circular para fora, passará para o regime de estacionamento livre, podendo os taxistas exercer a sua atividade na freguesia ou local à sua escolha.

Os senhores taxistas concordaram com uma destas alterações mas há uma discordância porque preferiam que houvesse apenas 49 licenças e não se concedesse a quinquagésima. Do nosso ponto de vista, é constrangedora a falta de um táxi adaptado a quem tiver dificuldades motoras e o taxista tenha que pegar na pessoa ao colo. Por esta razão, discordamos do parecer da APALIT e prosseguimos com a intenção de conceder uma licença para uma viatura adaptada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

Sra. d. m. Brites Cunha – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Senhor presidente da Câmara, gostaria de saber se a fixação deste número de 50 licenças se deve ao número de táxis existentes neste momento ou às necessidades da prestação do serviço. Segundo

percebi, qualquer táxi pode ser adaptado para a licença reservada a pessoas de mobilidade reduzida?

Sr. presidente da Câmara – Qualquer um pode adaptar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Nada a opor quanto à substância do diploma que vamos votar, apenas algumas considerações que poderão ser atendidas por parte da autarquia, apesar de sabermos que não possui a competência para decretar a colocação de taxímetros nos nossos táxis.

Em tempos idos, um ex-colega seu do Governo, o então Secretário José Contente, viu-se confrontado com uma manifestação de taxistas que não queriam os taxímetros à porta da sua casa. Parece que a regulamentação de tarifários e a sua publicitação é algo que o setor não quer, vá-se lá saber porquê. O meu apelo é que se possa fazer a promoção e, porque não, a fixação dos tarifários relativos aos táxis, sobretudo os mais comuns que são utilizados por residentes e turistas para evitar que algum taxista seja menos cuidadoso com os preços que aplica e possa ferir o bom nome de toda uma classe que se quer séria e cumpridora dos seus deveres e obrigações.

O tarifário dos táxis não pode ser secreto ou algo que pareça determinado a olho. Sabemos que é um serviço cada vez mais caro que é utilizado por pessoas mais idosas, por quem não possua automóvel ou por alguém que decida apanhar um táxi após a ingestão de bebidas alcoólicas e as pessoas têm que saber exatamente quanto vão pagar por cada percurso, uma vez que os veículos não estão apetrechados com os referidos taxímetros.

Não sei se a Câmara terá capacidade para promover alguma formação aos profissionais do setor, que me parece cada vez mais necessária ao nível dos modos, da prestação do serviço, do trato do cliente e da fluência das línguas, começando pela portuguesa. É importante que o profissional do setor automóvel possa comunicar com clareza... Não vá o profissional do setor automóvel ver-se tentado a traduzir o nome da Rua do Rego ou da Rua do Pau São, senhor presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara – Traduções à parte, a fixação do número de licenças resultou de uma negociação acontecida há uns anos no início do anterior mandato. Após uma avaliação por parte dos profissionais do setor e pelo município a respeito do número adequado de táxis, chegou-se à conclusão que as 65 licenças que existiam eram manifestamente excessivas e o número ideal seriam 50. Como surgiu a questão de uma viatura adaptada, cancelámos as licenças até ao nível das 49 que existem agora, exatamente para criar esta reserva e para que um qualquer taxista possa adaptar voluntariamente a sua viatura que pode também ser usada normalmente.

Os taxímetros são um problema de lei porque a legislação nacional extinguiu este tipo de negócio que cá temos e na região nada foi dito sobre isto. Na verdade, a atividade está a funcionar completamente fora de regulação porque não há legislação regional e não está a ser aplicada a legislação nacional. Nós apenas podemos regulamentar quantos táxis são e onde param e o resto não é da competência municipal, incluindo os preços que são fixados administrativamente pelo Governo Regional. A portaria obriga a que os preços estejam afixados na viatura, se não estiverem, é uma questão de polícia e da fiscalização que é regional.

Terminadas as intervenções e após votação, o Regulamento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por unanimidade.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

1.5 - Pedido de autorização à Assembleia Municipal, tendo em vista a assunção de compromisso plurianual destinado a apoiar a realização da obra de reconstrução da Igreja das Concecionistas pelo valor de 1 042 800,00 € (um milhão, quarenta e dois mil e oitocentos euros) nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma matéria por demais conhecida que consta já do plano anual aprovado por esta Assembleia. Trata-se de um formalismo necessário para a obtenção do respetivo visto e nada traz de novo em relação ao que já aqui foi debatido.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Este processo já se arrasta há muito, por isso é importante que tudo façamos para a eliminação de mais uma ruína na nossa cidade desde o sismo de 1980. A recuperação daquele edifício é de todo o interesse para o concelho porque se evita a perpetuação de um problema patrimonial e ao mesmo tempo elimina-se mais um local de nidificação à disposição dos pombos.

Posto à votação, o Pedido de Autorização constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.

1.6 - Retificação da deliberação da Assembleia Municipal de 15-04-2019 respeitante à readmissão do Município na Associação Regional de Turismo, passando a mesma a ter o seguinte teor:

“Decisão do Tribunal de Contas quanto à recusa de visto respeitante à readmissão do município de Angra do Heroísmo na ART (Associação Regional de Turismo) e readmissão do município de Angra do Heroísmo como associado daquela associação. Para conhecimento da decisão do Tribunal de Contas e aprovação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal da adesão, bem como da aceitação dos estatutos e a quota fixa anual de 1 250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros) nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea n) do mesmo diploma, bem como do previsto no artigo 53.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto (RJAEL) aplicável por remissão do artigo 56.º, n.º 3 do mesmo regime jurídico”.

Sr. vereador Guido Teles – Esta é uma questão simples que foi agora detetada em fase de processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas quando nos pediram esclarecimentos em relação às normas legais habilitantes das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que aprovaram a proposta que continha todas as normas legais necessárias para enquadrar esta deliberação. No entanto, essas normas legais não foram depois todas devidamente expressas nas atas de ambos os órgãos, o executivo e o deliberativo. Está-se assim a proceder à retificação desse ato administrativo para prever todas essas normas legais habilitantes na ata do órgão deliberativo, à semelhança do que já foi feito na Câmara.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Faço uma chamada de atenção para o cuidado que é preciso ter na elaboração destes documentos porque já é a terceira ou a quarta vez que somos chamados a votar o mesmo assunto e, às tantas, quem passa por incompetentes somos nós. Talvez a senhora deputada Brites Cunha, por formação jurídica o possa fazer mas, de um modo geral, nós não temos a competência para os avaliar. Sendo a terceira ou quarta vez que deliberamos e repetimos votações acerca deste tema, somos nós que podemos ficar mal.

O pedido que faço à Câmara, à vereação e aos respetivos serviços é que, futuramente diligenciem com mais cuidado a respeito de quaisquer assuntos deste género para se evitar a repetição de votações e não pareça que os deputados municipais andam aqui distraídos, no mínimo.

Sr. presidente da Câmara – O senhor deputado tem toda a razão e faremos os possíveis para evitar que isto se repita. O que aconteceu aqui foi simplesmente um problema na transcrição entre o que foi aprovado e o que ficou na ata. É uma questão que acontece.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Retificação da Deliberação da Assembleia Municipal de 15-04-2019 constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.

1.7 - Atribuição de Medalha de Mérito Cultural a Dionísio Mendes de Sousa pela valiosa atividade cultural e cívica. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Em nome do grupo municipal do PSD e sem pretender particularizar, gostaria de voltar a reforçar a ideia de que deve haver o máximo cuidado na atribuição de comendas por parte da Câmara Municipal ou de qualquer outra entidade porque entendemos que a atribuição de uma medalha de mérito é um acontecimento ímpar que deve valorizar quem atribui e também quem recebe e, nalguns casos, o mérito em causa parece-me insuficiente. Pretende-se assim evitar uma dispersão de votos e procurar granjear o maior consenso possível em todas e quaisquer homenagens e medalhas atribuídas pelo município. Dando um exemplo a título genérico para não correr o risco de ofender nenhuma das partes interessadas, na Assembleia Legislativa Regional é também frequente atribuírem-se comendas a pessoas, empresas ou entidades da nossa comunidade emigrada.

Julgo existir uma diferença muito grande entre um açoriano que emigra, enriquece e volta a investir na sua terra de origem ou desenvolve uma ação meritória na defesa de outros emigrantes através da ajuda à chegada na adaptação e empregabilidade, e aqueles que, simplesmente enriquecem e vivem ricos e felizes para sempre. Às vezes atribui-se uma medalha àquele que teve sucesso, enriqueceu e viveu feliz para sempre e também ao que acabou por usar a sua capacidade de sucesso e investiu, contribuindo para o bem comum da sua terra de origem ou daqueles que também se deslocaram para as comunidades emigradas.

Gostaria que as medalhas e as comendas atribuídas pelo município de Angra, aos que estão cá e aos que foram para lá, resultassem de um mérito efetivo e não apenas da celebração de uma data ou algo menos consensual como todos certamente desejaríamos para se evitar alguns episódios de desconfortos como os que ocorreram em anos anteriores. Temos, perante nós, votações e propostas que foram previamente discutidas em reunião de Câmara antes de virem aqui à Assembleia Municipal e envolvem pessoas e coletividades em que os votos são secretos nalguns casos.

Gostaria que fosse tida em conta esta salvaguarda do grupo municipal do PSD porque, por vezes, parece-me existir a tentação de algum facilitismo, certamente munido da maior boa vontade, colocando no mesmo pote pessoas e entidades que têm, de facto, um mérito incontornável, e outras que poderão não estar ao mesmo nível. Correndo o risco de más interpretações destas minhas palavras, gostaria de deixar à mesma esta declaração.

Sr. presidente da Câmara – Estas preocupações que acabámos de ouvir parecem-me legítimas e razoáveis. Trata-se, de facto, de uma matéria delicada porque estamos a apreciar na mesma sessão, currículos diferentes e a nossa sociedade é composta por pessoas vastamente diferentes que devem ser avaliadas pelos seus méritos no contexto das suas vivências e pelos percursos das suas vidas.

Tem havido, por parte da Câmara, muita vontade de se ir reduzindo estas atribuições. Este ano temos um número que é sensivelmente a quarta parte do que tivemos em anos anteriores e, de alguma maneira, reflete a preocupação que foi aqui expressa.

É preciso também não esquecer que há questões de mérito relativo e não faz sentido que uma pessoa ou entidade, tenha recebido uma condecoração ou uma homenagem enquanto alguém,

de mérito igual ou superior, não a receba só porque alterámos o critério. É preciso fazer-se aqui uma convergência com bom sendo, delicadeza, boa educação e até de sensibilidade pessoal para que possamos convergir para uma seleção bastante mais exigente. Este caminho está a ser feito e é notório o esforço de contenção que consta desta lista mas é necessária uma transição para não correremos o risco de criarmos uma descontinuidade e desigualdades relativas que não abonariam a favor de nenhuma das partes.

Sr. presidente da Mesa – Comungo da preocupação manifestada pelo senhor deputado Luís Rendeiro e sinto até um desconforto enorme quando, sem nenhuma razão objetiva, alguém se abstém ou vota contra só porque lhe apeteceu. Esta é uma matéria demasiado delicada e não sei como poderemos ultrapassar isto. Sempre que houver situações desta natureza, talvez seja melhor agendarmos as conferências de líderes com mais antecedência para que os grupos municipais possam reunir e se obtenha algum *feedback*, porque é extremamente desagradável para todos e para mim em particular, que haja sentidos de voto que não se percebe bem porque é que o são. É verdade que as pessoas são livres de expressarem o seu voto mas acho que deve haver uma responsabilidade acrescida nestas situações. Não faz sentido que, de alguma maneira, anunciemos que o voto foi aprovado por maioria sem referirmos o número de votos.

Sra. d. m. Brites Cunha – Vamos claramente associar-nos às declarações do senhor deputado Luís Rendeiro e às preocupações manifestadas pelo senhor presidente da Câmara e pelo senhor presidente da Assembleia, dizendo que algumas declarações proferidas pelo senhor presidente da Câmara não justificam que isto seja tratado desta forma.

É de lamentar que, apesar de mais reduzida do que em anos anteriores, esta lista continue a não corresponder a um critério de qualidade em detrimento da quantidade, sem querermos pôr em causa os méritos destas personalidades individuais ou das entidades a título coletivo. O que está aqui em causa é tentarmos perceber se esses méritos são suficientemente merecedores do reconhecimento municipal e a justificação não pode ser dada por via do precedente porque assim as coisas continuarão a correr nos mesmos termos.

É preciso avançar com uma solução como referiu o senhor presidente da Assembleia. Ou há uma comissão interna ou externa independente e isenta que proponha os nomes ou é necessário mudar as regras do jogo. Isto é notório porque as bancadas do CDS-PP e do PSD presentes na Assembleia Municipal não propuseram qualquer nome.

Devo dizer que concordo com o deputado Luís Rendeiro e é bem claro que ninguém está contente, quer a nível municipal, quer a nível regional. Quais foram os resultados das insígnias atribuídas no dia da região? Toda a gente se pronunciou sobre os discursos mas ninguém sabe quem foi agraciado. A banalização tem destas coisas, perde importância para quem atribui e para quem recebe e nós lamentamos que assim seja.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Concordando com o observado pelo senhor deputado Luís Rendeiro e pela senhora deputada Brites Cunha, sem desmerecer quem quer que seja e por uma questão de justiça, penso que faria todo o sentido a criação de uma comissão ou um grupo de trabalho que pudesse propor e definir critérios para a atribuição destas medalhas.

Sr. presidente da Mesa – Isto não desmerece o trabalho que a Câmara tem desempenhado ao longo dos anos, que sairia até reforçado com a criação de uma comissão mais alargada que pudesse atempadamente ajudar na decisão da atribuição de medalhas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Numa última e breve referência a este assunto, o que pretendemos é valorizar a medalha, a cerimónia, a atribuição, quem a recebe e porquê e é necessário que todo o município perceba qual o critério para que uns recebam e outros não recebam medalhas. Todos somos iguais perante a lei mas não é igual o que conseguimos fazer perante a sociedade porque uns são mais felizes e empenham-se mais ou tiveram a oportunidade de serem valorizados pela prestação de um serviço e isso merece ser destacado. Por contraponto,

pretendemos evitar quebras de consenso nestas atribuições ou algo ainda pior, como já aconteceu num passado não muito longínquo, vendo alguém reconhecer o seu mérito e recusar essa comenda ou valorização por olhar à sua volta e entender que está a receber um tipo de reconhecimento perante outras conquistas ou conseqüimentos de valor desigual.

É necessário equilibrar as coisas na medida do possível. Julgo que o cuidado tido em fazer esta referência antes do debate e da votação de quaisquer medalhas teve mesmo a ver com a delicadeza do assunto em questão e com o cuidado que todos devemos ter perante esta situação. Não pretendi, com a minha intervenção, ferir nenhum tipo de suscetibilidades. Procurei apenas salientar a importância que o assunto merece porque a atribuição de um louvor, uma medalha ou uma comenda por parte do município de Angra do Heroísmo, não pode nem deve ser uma coisa qualquer porque é algo muito especial.

Não havendo mais intervenções, a atribuição da Medalha de Mérito Cultural a Dionísio Mendes de Sousa constante do Ponto 1.7, foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.8 - Atribuição de Medalha de Mérito Cultural à Rádio WJFD-FM de New Bedford pela divulgação da língua portuguesa junto da diáspora na costa leste dos Estados Unidos da América. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

A atribuição da Medalha de Mérito Cultural à Rádio WJFD-FM de New Bedford foi aprovada por maioria.

1.9 - Atribuição de Medalha de Mérito Cultural à Rádio KLBS AM 1330 de Los Banos pela divulgação da língua portuguesa junto da diáspora no Estado da Califórnia, Estados Unidos da América. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

A atribuição da Medalha de Mérito Cultural à Rádio KLBS AM 1330 de Los Banos foi aprovada por maioria.

Sra. d. m. Brites Cunha (numa declaração de voto) – Não pondo em causa o mérito destas duas estações de rádio, não me sei pronunciar porque não conheço o seu trabalho desenvolvido em prol do município além-fronteiras.

1.10 - Atribuição de Medalha de Mérito Profissional a José Estevam da Silveira Matos pelo relevante percurso académico e pelo contributo para o desenvolvimento do setor leiteiro. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Mesa – O professor José Matos foi jubilado da universidade dos Açores e prestou um serviço ímpar à região na sua área técnica. Por essa razão se propõe que lhe seja atribuída esta medalha de mérito profissional.

A atribuição da Medalha de Mérito Profissional a José Estevam da Silveira Matos foi aprovada por unanimidade após votação por escrutínio secreto.

1.11 - Atribuição de Medalha de Mérito Profissional a Filipe Humberto Lourenço de Sousa a título póstumo pelo seu relevante percurso como ganadeiro de gado bravo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Mesa – Conheci de perto o tio Humberto. Era um homem que merecia, de facto, uma votação unânime desta Assembleia.

A atribuição da Medalha de Mérito Profissional a Filipe Humberto Lourenço de Sousa foi aprovada por unanimidade após votação por escrutínio secreto.

1.12 - Atribuição de Medalha de Mérito Filantrópico a António Eduardo Gonçalves Nunes pela promoção das tradições e da língua portuguesa nas comunidades da diáspora açoriana nos Estados Unidos da América. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

A atribuição da Medalha de Mérito Filantrópico a António Eduardo Gonçalves Nunes foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.13 - Atribuição de Medalha de Mérito Desportivo a Carlos Alberto Silva Sousa pelo seu relevante percurso na área do desporto. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

A atribuição da Medalha de Mérito Desportivo a Carlos Alberto Silva Sousa foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.14 - Atribuição de Medalha de Mérito Desportivo a Carlos Alberto Alves da Silva pelo seu relevante percurso na área do desporto. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

A atribuição da Medalha de Mérito Desportivo a Carlos Alberto Alves da Silva foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.15 - Atribuição de Medalha de Mérito Industrial e Comercial ao Mini Mercado Sousa pelos 100 anos ao serviço do comércio local. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

A atribuição da Medalha de Mérito Industrial e Comercial ao Mini Mercado Sousa foi aprovada por maioria.

1.16 - Voto de Congratulação ao Boavista Club da Ribeirinha pela vitória no Campeonato da Ilha Terceira, apuramento do Campeão AFAH e na Taça AFAH na época desportiva 2018/2019. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

O Voto de Congratulação ao Boavista Club da Ribeirinha foi aprovado por unanimidade.

1.17 - Voto de Congratulação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Projeto “Um Dia Pela Vida”. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Voto de Congratulação constante do Ponto 1.17.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 - Atribuição de Medalha de Mérito Cultural a Luís Rafael Martins do Carmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Mesa – Cumpre-me esclarecer a razão deste voto. Luís Rafael Martins do Carmo foi professor de latim durante vários anos no antigo liceu nacional de Angra do Heroísmo numa altura em que não era fácil recrutar professores nesta área. Teve um programa na Rádio Clube de Angra e atualmente é professor no Seminário Maior de Angra do Heroísmo.

Se a memória não me atraiçoa, é o primeiro diácono que a diocese teve nos últimos anos, atividade que ainda mantém.

A atribuição da Medalha de Mérito Cultural a Luís Rafael Martins do Carmo foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

3.1 - Proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista no sentido de a Câmara Municipal disponibilizar contentores para separação de lixo sempre que seja licenciada uma festa. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É óbvio que vamos votar a favor desta proposta mas não resisto em classificá-la de redundante porque mandata a Câmara para fazer aquilo que, desde logo, seria sua obrigação visto que está implementada a recolha seletiva no concelho, não fosse este presidente da Câmara o criador do PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores) que vinculou as autarquias a essa recolha seletiva. Saúda-se a proposta do Partido Socialista porque não faria sentido que essa recolha não estivesse ainda a ser feita nas festas e outros eventos que se realizam no concelho. Era uma falha da Câmara no que diz respeito à implementação da recolha seletiva, que não é imposta mas sim sugerida a todos os municípios e é importante que esta alternativa possa também ser disponibilizada por altura das festas e outros eventos sociais.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Também concordamos com a proposta mas é bom que os contentores sejam claramente identificáveis e de preferência com uma boca grande para caber tudo lá dentro.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara saúda esta proposta com a qual estamos plenamente de acordo. Deixe-me dizer-lhe, senhor deputado, que o objetivo não tem tanto a ver com as festas públicas e sim com as outras festas como o «quinto touro», os casamentos, batizados e outros eventos do género em que temos sérios problemas com a mistura das garrafas com os pratos descartáveis e outros objetos. Há assim uma grande campanha a fazer, não tanto junto das tascas e dos outros profissionais porque esses fazem já uma razoável separação. Há a necessidade de sensibilizar um público bastante mais alargado porque existe uma grande mistura no lixo proveniente de festas, na sua maior parte em residências.

Volto a lembrar que é muito sensível para a operação da incineradora, a presença daquelas garrafinhas das cervejas mini que têm uma dimensão e textura altamente danosas para o bom funcionamento daquela estrutura. Esta é uma proposta muito bem-vinda e tudo faremos para fornecer os ditos caixotes acompanhados da literatura adequada para tentar sensibilizar as pessoas para a necessidade de separar as garrafas mesmo em festas particulares.

Sr. presidente da Mesa – Já agora, que essa literatura seja bilingue para estar em conformidade com as outras.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Reforçando o que o senhor presidente da Câmara acabou de transmitir, esta proposta vem no sentido de se garantir uma melhor separação dos resíduos, um dever cívico que deveria estar já acautelado pelos cidadãos e pelos promotores dos eventos. Infelizmente, por falta de cuidado, para ser mais rápido ou mais fácil, raramente é salvaguardada a devida separação.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade.

3.2 - Voto de Louvor a José Dimas Ávila pela criação do Museu Rural “Casa da Atafona” nas Doze Ribeiras. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Gostaria de destacar que este museu já abriu numa fase preparatória, dele foi dado conhecimento a algumas pessoas e entidades, já consta do roteiro de museus dos Açores e será inaugurado no decorrer do mês de agosto. O mérito é deste senhor José Dimas Ávila que concretizou um sonho seu e com iniciativa, esforço e investimento próprios, conseguiu angariar um conjunto de utensílios que representam a vida rural das nossas freguesias. Sendo eu filha de lavradores e residente numa freguesia rural, tenho muito gosto e orgulho que alguém tenha tido a capacidade de garantir memória futura para o nosso município e para quem vive nas freguesias rurais. Estou muito feliz por este museu e por poder homenagear o senhor José Dimas Ávila a quem dou os parabéns.

O Voto de Louvor a José Dimas Ávila foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.

3.3 - Atribuição de Medalha de Mérito Cultural pelos 50 anos do Grupo Coral do Raminho. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – O voto proposto pela bancada do Partido Socialista agracia e homenageia o Grupo Coral do Raminho e todo um conjunto de gerações que conseguiu trabalhar as artes e a cultura numa freguesia rural onde, em 1970 e 1980 a cultura era muito difícil de chegar e a mudança social, difícil de acontecer. Este grupo teve sempre o apoio dos seminaristas da altura que, estudando na cidade, levavam até às freguesias rurais tudo o que era inovação e arrojo.

Através do grupo coral, pretende-se homenagear também um filho da freguesia do Raminho, o senhor José Henrique Álamo de Oliveira que, não sendo maestro de profissão, percebe de tudo um pouco, incluindo de música e faz letras para o grupo coral. Os textos estão lá escritos e gostaríamos muito que um dia pudessem ser divulgados e trabalhados por outros grupos. Foi tendo a preocupação de fazer hinos e adequar missas a uma geração, fazendo destes cânticos, hinos de louvor a quem trabalhava na terra e à nossa identidade cultural.

Não se registaram mais intervenções. A proposta de atribuição da Medalha de Mérito Cultural ao Grupo Coral do Raminho constante do Ponto 3.3 foi aprovada por unanimidade.

3.4 - Voto de Congratulação a Gustavo Silva, atleta da Academia Desportiva dos Açores, por se ter sagrado campeão nacional nas provas de 100m e 200m costas no Campeonato Nacional de Juvenis, bem como a conquista de seis medalhas de ouro na XXIII Edição dos Jogos das Ilhas que decorreu na Córsega.

Sr. d. m. António Toledo Alves – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. O Gustavo Silva é um miúdo de 14 anos de S. Sebastião que, ao sagrar-se campeão nacional nas provas de juvenis de 100 e 200 metros, foi o primeiro nadador da ilha Terceira a conseguir tal feito na história da natação dos Açores.

O Voto de Congratulação a Gustavo Silva foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

3.5 - Voto de Congratulação ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo pela conquista na época desportiva 2018/2019 dos títulos de vencedor do Campeonato

Nacional da II Divisão - Série Açores em Futsal, bem como, Campeão Nacional de Standard - Séniores 2 Intermédio em dança desportiva.

O Voto de Congratulação ao Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo foi aprovado por unanimidade.

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 - Recomendação do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de a Câmara Municipal celebrar um acordo com a Sociedade Portuguesa de Autores com vista à redução de 20% das taxas aplicadas às festividades do concelho de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Brites Cunha – Esta recomendação surge pelo facto de se constatar uma dificuldade cada vez maior de motivação por parte das pessoas em fazerem parte das comissões de festas e é importante que se mantenham as nossas tradições e o gosto em dar continuidade às nossas festividades. Sei por experiência própria que um dos enormes custos fixos que as comissões de festas se veem obrigadas a suportar são os direitos de autor, um valor que se torna ainda mais pesado de acordo com o número de dias de festa.

Depois de a Câmara Municipal de Ponta Delgada ter chegado a acordo com a Sociedade Portuguesa de Autores, o que resultou numa redução de 20% dos custos das suas festas com os direitos de autor, julgo que seria oportuno que a Câmara de Angra procedesse no mesmo sentido em benefício das festas do nosso concelho.

Sr. vereador Guido Teles – A Câmara Municipal de Angra já recebeu em 2017 uma proposta de protocolo da Sociedade Portuguesa de Autores que, ao que nos transmitiram, é equivalente ao que foi celebrado com a Câmara Municipal de Ponta Delgada. O processo não avançou por não termos chegado a acordo em relação a duas matérias constantes nesse mesmo protocolo mas acho que devemos tentar novamente.

O referido protocolo previa que essa redução de 20% só seria aplicável no caso da reprodução de obras de artistas portugueses e apenas nas situações em que o processo de licenciamento fosse desenvolvido na SPA por parte do município, mesmo que respeitasse a eventos de entidades terceiras, ou seja, teria que ser a Câmara a licenciar o evento e a assumir os respetivos custos.

Por via deste protocolo, a Câmara ficaria obrigada a licenciar eventos apenas no concelho mediante a apresentação do comprovativo de pagamento da taxa SPA por parte dos promotores, passando assim a desempenhar um papel fiscalizador ao serviço daquela entidade, o que não mereceu a nossa concordância. Se a SPA recuar nestas exigências, poderemos avançar com a celebração do protocolo em benefício de todos os promotores de festas no concelho, caso contrário, não nos parece aconselhável a celebração de um acordo desta natureza.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O PSD é obviamente um defensor dos direitos dos autores mas temos sido contra a forma como a Sociedade Portuguesa de Autores, umas vezes através da sua representação na ilha Terceira, outras diretamente com a sua sede nacional, se tem comportado em relação às manifestações de cariz popular e tradicional. Temos o célebre exemplo dos bailinhos de carnaval, das festas populares e um sem número de eventos em que a SPA se acha no direito de exercer ações verdadeiramente predatórias, caindo em cima das comissões de festas e das manifestações de raiz popular. As condições que essa entidade exige à Câmara de Angra, sem sabermos muito bem se é através da sua representação na ilha ou através da sua direção nacional, refletem exatamente esse tipo de comportamento com o qual não podemos

compactuar. Há que ser forte com os fortes e não, forte com os fracos e a SPA gosta muito de se mostrar forte com quem é mais fraco.

Vamos votar a favor desta iniciativa do CDS-PP mas vamos pedir à Câmara Municipal, dentro do seu leque de competências, que seja persuasiva junto da Sociedade Portuguesa de Autores de modo a que a atuação desta entidade de direito privado deixe de constituir uma ameaça, uma pressão, uma perseguição à Terceira, a ilha açoriana onde florescem em cada canto estas manifestações de cariz popular e tradicional que são uma das nossas maiores riquezas.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Somos favoráveis à celebração de um protocolo e faço minhas as palavras do deputado Luís Rendeiro no que respeita à atitude predatória e persecutória da SPA e à sua vontade em se mostrar forte com os mais fracos. Também condenamos a atitude lamentável da sua representação na ilha Terceira, não só no que respeita às manifestações populares, como também ao nível do próprio autor que, praticamente não vê o retorno de qualquer tipo de benefício.

A cláusula oitava refere o seguinte: *«Sem prejuízo das anteriores cláusulas, sempre que o município pretenda encomendar a criação de qualquer obra a um autor representado pela SPA, que se obrigue a fazê-lo por intermédio da SPA.»* Entendemos que a celebração do protocolo é desejável mas somos veementemente contra este tipo de controlo e não concordamos com os termos que aqui estão expressos.

Sr. presidente da Câmara – Estamos aqui perante uma situação que merece ser esclarecida. É óbvio que, quando se trata de um protocolo ou de um contrato, não podemos escolher uma só parte mas, do meu ponto de vista, a proposta que está em cima da mesa é absolutamente inaceitável pelas razões que já foram aqui explicadas e ainda porque isto equivale a colocar a Câmara no lado errado da razão perante as instituições desta terra. O nosso aliado e aquilo que temos que defender não é a SPA, mas sim a nossa cultura e as diversas atividades culturais.

Percebo tudo o que aqui foi exposto pelos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP e entendo que seria desejável um desconto de 20% mas não me parece bem que esta Câmara vote a favor de uma recomendação nesse sentido porque nos coloca numa posição negocial ainda mais frágil. Por detrás disto está um outro espírito que é o facto de passarmos a comunicar à SPA todos os pedidos de licença que aqui recebermos, passando a facilitar a fiscalização o que, na prática, significa que passamos a ser agentes desta instituição, algo que não é adequado nem aceitável.

Os senhores deputados votarão como entenderem mas lembro que, quando se vota, vota-se tudo e não apenas uma parte. Se nos recomendarem para tentarmos obter 20% de desconto, muito bem, até preferiríamos 50%, mas não me parece adequado que se assine este acordo que é o que existe em Ponta Delgada e em muitos outros municípios.

Isto poderá funcionar bem em municípios com uma baixa densidade de festas mas não é a situação concreta da ilha Terceira e muito menos do município de Angra do Heroísmo em que temos festas todos os fins de semana, à exceção talvez da sexta-feira santa. Para o bom governo da Câmara, pedia aos senhores deputados um melhor esclarecimento acerca do que está a ser votado para que fique bem claro o que estamos aqui a falar.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Como reforçou o senhor presidente da Câmara, de facto, o que está na proposta é: *«A Assembleia Municipal recomenda que outorgue com a Sociedade Portuguesa de Autores um protocolo em termos análogos ao celebrado entre o município...»* Ora, se estes termos «análogos» não servem a preservação das nossas festas e a liberdade da autarquia, ou alteramos a recomendação ou vamos votar contra.

Sra. d. m. Brites Cunha – Toda a gente entenderá que «análogo» não é o mesmo que «idêntico» e o que se propõe é a redução de 20%...

Sr. presidente da Câmara – Agora estamos a entrar aqui num bocadinho de filosofia.

Sra. d. m. Brites Cunha – Não é filosofia; é direito, senhor presidente. É um conceito jurídico. Peça ajuda ao senhor vereador que talvez saberá responder-lhe. O que aqui se pretende é o resultado e não um protocolo igual ao que existe em Ponta Delgada, muito menos aquele que foi proposto pela Sociedade Portuguesa de Autores. Se acharem que uma alteração à recomendação resulta numa maior eficácia, nós estamos de acordo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Confesso que não conheço o texto do protocolo existente em Ponta Delgada mas todos entendemos por boa, a intenção de se obter um desconto de 20% ou ainda mais. Sem querer retirar uma única palavra ao argumentário da primeira ronda de intervenções, entrar em critérios jurídicos que desconheço ou citar até a Ministra da Cultura que diz que as obras de arte não estão desaparecidas mas apenas impossíveis de localizar, sugiro à bancada do CDS-PP que proceda a uma pequena reformulação na sua proposta, retire o termo «análogos» e refira apenas que a Câmara diligencie no sentido de se obter um desconto num determinado montante, deixando até de fazer referência a outros concelhos dos Açores porque a ilha Terceira e o nosso concelho são extremamente ricos em festas e ninguém quer ser polícia ou perseguidor das nossas comissões de festas, muito menos ao serviço dessa entidade corporativa chamada Sociedade Portuguesa de Autores.

Sr. presidente da Câmara – Devemos abordar esta questão com realismo. Quando um comerciante faz um desconto, fá-lo por uma qualquer razão e, pedir um desconto sem nenhuma razão, não me parece uma posição negocial muito razoável por qualquer das partes. Ao pedir 20% de desconto, o que dou em troca a essa sociedade?

Sra. d. m. Brites Cunha – Se esta redução de 20% se aplica a locais com menor número de festividades, ao termos uma maior dimensão em termos de festas, muito maior é também o nosso poder e capacidade negociação, não?

Sr. presidente da Câmara – Vamos pedir um desconto de quantidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É disso mesmo que se trata. Se Angra do Heroísmo tem uma produção cultural e social claramente elevada em relação a outros concelhos da região autónoma dos Açores, exceto a Praia da Vitória porque fazemos mais ou menos as mesmas coisas em termos de festividades, o desconto de quantidade deve existir porque a Sociedade Portuguesa de Autores arrecada aqui uma verba com a cobrança dos direitos de autor que não consegue em mais lado nenhum. Se o desconto de quantidade serve para comprar dez caixas de cerveja para uma tourada à corda, porque é que não devemos utilizar esse tipo de capacidade negocial para com uma entidade que obtém os seus proveitos por força da cobrança das respetivas taxas também em grandes quantidades? O desconto de quantidade é um argumento fortíssimo no sentido da defesa desta proposta que visa facilitar a vida às nossas comissões de festas que carregam o peso financeiro de mais esta taxa.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – A proposta de redação final seria a seguinte em que o penúltimo parágrafo seria substituído por: «*Considerando que a SPA já demonstrou abertura noutros concelhos para negociar condições mais favoráveis para as festas concelhias, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo recomenda à Câmara Municipal que outorgue com a SPA um protocolo com vista a reduzir as taxas SPA em 20% nas festas neste concelho.*»

Terminadas as intervenções e posta à votação com a nova redação, a Recomendação do grupo municipal do CDS-PP constante do Ponto 4.1 foi aprovada por unanimidade.

4.2 - Voto de Protesto do Grupo Municipal do CDS-PP respeitante às obras da Praça Velha. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Brites Cunha – Ao propor este voto de protesto, o CDS-PP antecipa já o desfecho desta discussão; contudo, grave seria a ausência da própria discussão, por isso pretendemos ver esclarecidos alguns pontos que nos perturbam.

Repescando um assunto aqui trazido há pouco pelo senhor deputado Luís Rendeiro acerca do destino dos diversos projetos do mercado municipal ao longo dos últimos anos, gostaria também de saber quantos projetos houve em relação à Praça Velha, lamentando o facto de ter havido apenas um se for o caso, contrariamente àquilo que tem sido prática que é a solicitação de projetos consecutivos a torto e a direito.

Sabemos que as entidades públicas - mormente as câmaras municipais - estão dispensadas de licenciamento e tudo o mais mas, atendendo ao espaço em causa e ao facto de vivermos numa cidade património mundial, o que muito nos orgulha e usamos como enorme valência para o incremento do turismo e da promoção da cidade e da ilha, gostaria de saber se não teria sido útil a promoção prévia de audições públicas. Se o presidente do Governo Regional, de repente já quer audições públicas para decretos legislativos e decretos regulamentares que vão ser votados, o que me parece excessivo devido ao facto de o voto já ser legítimo, por outro lado, o facto de não haver audições públicas em caso algum também me parece excessivo mas pela negativa. É caso para dizer: nem oito, nem oitenta e é preciso tratar as coisas com razoabilidade.

Atendendo à dignidade do espaço, julgo ter sido muito infeliz o resultado estético e a falta de transparência do projeto. Relembro que, na penúltima sessão da Assembleia Municipal, perguntei se seria possível consultar o projeto; foi-nos dito que sim mas até hoje ainda não nos chegou. Continuo também à espera que o senhor presidente da Câmara concretize o seu convite para visitarmos as galerias subterrâneas. Pode ser sempre um dia, não é? É pena não ter sido em tempo útil.

O mal está feito e o CDS, de forma coerente, sempre foi desde logo contra o fecho da Praça Velha enquanto rotunda apesar de reconhecer a legitimidade do assunto pelo voto que o senhor presidente da Câmara obteve em larga maioria. Para isto e para este resultado, o senhor não estava legitimado e a prova disso são as diversas críticas que tenho ouvido até por parte de socialistas convictos, senhor presidente. Perante este voto de protesto, tenho a ousadia de convidar as pessoas a expressarem-se de forma sincera quanto ao resultado desta obra. Digam sinceramente se acham que isto ficou bem e se estão orgulhosos de uma praça com este figurino.

Devo dizer que estou muito triste, senhor presidente. Não nos caberá fazê-lo e nem será mais importante para si o julgamento que é feito nesta casa, mas a história julgá-lo-á e o seu nome ficará para sempre associado a isto o que, no mínimo, é triste.

Sr. presidente da Câmara – Folgo em saber que finalmente já se percebeu que era preciso fechar a rua e a rua está fechada. Quanto à obra, não foi feita assim por acaso e há uma razão determinante. A zona central da praça é uma obra de 1930 com um enorme valor que não podemos deturpar, acrescentando-lhe outros elementos que não sejam facilmente extinguíveis. É isso que impede que se possa colocar naquele espaço, que agora foi ocupado, material idêntico ao que está na praça.

De um ponto meramente estético e abstraindo as questões patrimoniais, também acharia que caberia ali uma calçada branca, o símbolo da Câmara, da UNESCO ou outro desenho qualquer. No entanto, do ponto de vista visual e da leitura da obra, haveria um equívoco sobre o que é novo e o que é antigo. As razões que determinaram o basalto são de natureza técnica para se evitar que uma parte da obra confundisse a leitura da outra. Não seria adequado introduzir elementos que pudessem, de alguma maneira, confundir-se com o que já lá estava feito e a Praça Velha continua com uma leitura intocada em relação ao pavimento da sua área central.

Aquele espaço já foi macadame e já foi ladrilho como agora, mas com as pedras colocadas na perpendicular, igual ao que está no fim dos degraus da Sé. Foi assim até 1930 e agora resolveu-se pôr uma leitura que, de alguma maneira, acomodasse o novo com aquilo que estava historicamente. As opções são facilmente mutáveis e se um dia alguém tiver uma ideia diferente poderá substituir as pedras sem que venha algum mal ao mundo.

Lembrando a questão do Porto das Pipas, um dos problemas com que nos temos deparado nesta terra são os bloqueios. As lideranças e as elites existem e não as estou a chamar a mim. Quem exerce funções, assume a responsabilidade de resistir a quaisquer tentativas de transformar tudo, como já se transformou a Praça Velha por causa de uns bancos na III guerra mundial em que se discutiu durante meses e no fim não se fez nada. Isso não é maneira de agir porque não faz a nossa cidade avançar.

Há aqui uma terrível tendência de confundir património com naftalina. Património é aquilo que recebemos do passado e procuramos transmitir para o futuro, preservando o que de melhor existe e juntando-lhe sempre novos elementos. Cheguei a semana passada da conferência da Organização das Cidades Património Mundial cujo tema foi exatamente esse. Se algum dos senhores deputados estiver interessado em ler as conclusões técnicas dessa conferência, elas estão publicadas na internet. Procurem pela estratégia HUL (Historic Urban Landscape) que em português significa «Paisagens Urbanas Históricas» e é o nosso caso. Aquilo que se recomenda é exatamente uma intervenção continuada porque o tempo não acabou em 1930 nem em 2019 e, se Deus quiser, não acabará em 2100.

O património continuará sempre a evoluir e cada geração deixa património para as gerações seguintes. O conceito de património não é impedir que se toque em nada, mesmo que a calçada esteja torta e não seja funcional. Isso não é património. Em cada momento histórico temos que ser capazes de olhar para aquilo que nos legaram, saber o que é bom e essencial e ter a capacidade de o melhorar para as gerações futuras. É isso, o património.

Convido a senhora deputada a visitar, por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa onde verá que a solução é exatamente igual a esta. Em Lisboa não há basalto mas usaram a Pedra de Lioz que é a pedra típica daquela região. Visite Bruxelas e verá que a situação é exatamente igual.

O que é essencial nas intervenções urbanas é não destruir aquilo que é o valor a preservar, neste caso o tapete central da praça. É o não abastardar esses elementos com coisas semelhantes e colocar algo diferente para que toda a gente saiba que, o que ali está é de 2019 e não de 1930. Foi esse o objetivo.

A obra ainda não está completa, ainda falta recentrar, e o palco é a parte menor da questão. Houve um atraso devido a uma cerimónia militar que aqui decorreu e não poderíamos arriscar ter um buraco no meio do caminho. O palco cá chegará e ficará no seu lugar e a «mancha amarela» ficará também no seu lugar desaparecida porque a pedra será toda igual de um lado ao outro. Aquilo está de acordo com o que tem sido feito noutros monumentos, como poderão constatar, por exemplo, no pátio diante do Palácio dos Capitães Gerais que apresenta a mesma solução. Pode-se gostar ou não se gostar mas as questões de natureza técnica são assim.

No que toca a pareceres, a obra foi objeto de várias reuniões técnicas e de um profundo debate entre a Câmara e a Direção Regional da Cultura e chegou-se à conclusão que seria a melhor solução, tendo em conta os valores a preservar. Se o presidente da Câmara seguinte preferir pedras brancas em vez de pretas e se as quiser ao alto ou ao comprido, não será com certeza, uma obra complicada e o valor das pedras não fará alterar o destino deste município.

Do meu ponto de vista, esta é uma solução que preserva aquilo que é essencial. Já agora, e porque isso é importante, convido os senhores a lerem as conclusões da UNESCO sobre as paisagens históricas para que percebam que Angra não pode parar no tempo. Ser património não é isso e é o mesmo que julgar que o ambiente é defender um pombo. Há ideias

profundamente distorcidas que aparecem de vez em quando aqui e ali. Tudo foi feito com um grande sentido de responsabilidade, com o objetivo de melhorar e melhorou, e quem tiver o poder de resolver em outra altura, lá resolverá o que bem entender porque nada é definitivo neste mundo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Põe o palco, tira o palco à hora que ele quiser. Que passagem apertadinha, a praça fica como o Álamo quiser.

Sr. presidente da Câmara – Mas que bela poesia!

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Senhor presidente, todo o seu argumentário valeria de alguma coisa se os pesos e as medidas fossem iguais para os particulares e para as entidades públicas.

Sr. presidente da Câmara – E são.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não são, senhor presidente. Toda a gente sabe que, cada vez que um particular pretende fazer uma obra no seu património e introduzir uma solução técnica arquitetónica diferente, é confrontado com todo o tipo de bloqueios, quer por parte dos serviços desta Câmara Municipal, quer pela Direção Regional da Cultura . Esse argumentário cai por terra quando isto não é igual para todos e as entidades públicas gozam da possibilidade de fazerem o que lhes apetecer desde bibliotecas públicas completamente desfasadas do enquadramento paisagístico, histórico e arquitetónico de uma cidade património mundial, até àquela obra que o senhor presidente decidiu fazer.

Assumindo que discordo de si, vou utilizar um termo seu: a Praça Velha ficou abastardada com o tipo de intervenção que o senhor presidente decidiu fazer mas há, no entanto, que lhe reconhecer a coerência. Se, da primeira vez que se discutiu este tema, não constava no seu manifesto eleitoral e não tinha sido debatido em campanha, da segunda vez já o foi, agora está, e o senhor tem a legitimidade para o fazer. Tem menos legitimidade quem critica, agora que já está feito, mas não criticou no momento certo, absteve-se ou votou onde quis e a democracia é mesmo assim.

Ó senhor presidente, pior que uma obra má, polémica, feia e inestética que vem abastardar o património existente no concelho, é uma obra que é tudo isso e nunca mais acaba. A quantidade de vezes que a Praça Velha foi mexida, remexida, parada e adiada devido à solução técnica A ou B, por falta da peça ou do hidráulico, é algo que não se pode aceitar porque já se trata de mau planeamento.

Para além das questões técnicas, de opção, políticas ou outras que se atribuíram à telenovela Praça Velha, as obras que nunca mais acabam e tornam refém este concelho, são aquelas que devem ser discutidas por razões administrativas. Quanto às outras políticas, o senhor presidente deu um bom exemplo: porque não, ter-se replicado o tipo de pedra da escadaria no adro da Igreja da Sé, que até remetia para uma época passada e poderia ser aplicada com técnicas e soluções estéticas modernas? O material que utilizou briga imenso com aquilo que é a história e o enquadramento antigo da Praça Velha e não sei se não teremos ali algumas questões de segurança pelo facto de a pedra serrada ser demasiado polida.

No fim de tudo isto, vamos chegar às Sanjoaninas sem um palco feio, moderno e hidráulico e teremos ali dois palcos feios e desmontáveis de madeira, um ao lado do outro sem hidráulicos e com umas alcatifas vermelhas. Como diria o diácono Remédios: não havia necessidade.

Sr. presidente da Câmara – Agradeço o belo poema que adotarei para meu uso político porque me dará alguma classe...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não vá a Sociedade Portuguesa de Autores exigir-lhe...

Sr. presidente da Câmara – Vou registá-lo na Sociedade Portuguesa de Autores, não vá alguém mexer com isso indevidamente sem pagar a respetiva taxa.

Quanto à segurança, a pedra está lá fora para quem quiser tentar escorregar nela e podemos até ir buscar um balde de água. O senhor deputado tem razão e eu também preferiria que o palco tivesse sido montado a tempo, o que não se deveu à falta de esforço da minha parte ou dos serviços camarários. Como foi já aqui falado, houve um problema inicial de projeto relacionado com a inclinação da superfície que implicou um atraso na obra mas, a devido tempo, o palco lá estará e não incomodará mais.

Eu tenho o hábito de estudar bastante os assuntos e de ler aquilo que é dito por quem sabe das questões patrimoniais e outras e não tenho grandes dúvidas quanto a esta matéria. As estéticas e os gostos são o que são e têm o valor que têm e a opinião de quem não gosta é perfeitamente respeitável. Não tenho nada contra a senhora deputada por não gostar do palco e somos amigos na mesma. Não estou a dizer que vou seguir a sua opinião, estou apenas a dizer que a respeito, assim como respeito todas as outras. Eu também teria talvez preferido uma solução diferente mas, tecnicamente, não era a mais adequada.

Sr. d. m. Rogério Sousa – A questão da Praça Velha é bastante antiga e tem dado aso a grandes divergências de opiniões. Tenho-me abtido porque sou bastante a favor do fecho da Praça Velha ao trânsito assim como o fecho da Rua Direita e de outras ruas que deveriam ter apenas acesso pedonal. Quando vamos à Europa e visitamos cidades como Bruges, Bruxelas e outras, admiramos aquelas lindas praças sem carros. Na minha opinião, uma rotunda em frente a uma câmara municipal é uma ideia abjeta mas respeito as outras opiniões e a rua já está fechada. Em resposta à deputada Brites, quanto a mim, aquela não é a solução preferível nem a que eu gostaria em termos estéticos, mas é a solução tecnicamente possível como disse o senhor presidente da Câmara.

Quem trabalha na área da conservação e restauro obedece a uma regra de ouro que não pode ser quebrada sob pena do trabalho não ficar bem feito. Quando se restaura uma obra, seja um quadro ou outro qualquer tipo de arte, a intervenção tem que ser visível a olho nu para que, quem olhar para a obra consiga notar a diferença entre o antigo e o que foi feito por cima. Isto para mim era estranho e achava que tinha sido feito ali um péssimo trabalho porque conseguia distinguir claramente onde tinham andado a pintar mas, de há uns anos a esta parte, mudei o discurso porque isto é o que todas as universidades ensinam.

Conservação e restauro é fazer o presente dialogar com o passado para que sejamos capazes de entender o que era passado e o que é presente, daí não ter sido possível a solução da calçada e teve que se optar por um outro material. Eu, pessoalmente, gostaria da calçada. Não consigo entender como se tratou de uma imposição da DRC, como os deputados do PSD vieram dizer na comunicação social, uma vez que a responsabilidade era do Gabinete da Zona Classificada, depois passou para a Direção Regional da Cultura e, salvo erro, neste momento está nas mãos da Câmara. Esta intervenção é da responsabilidade da Câmara que pediu o parecer à DRC com as lajes e aquela opção já prevista e a DRC aceitou desde que a obra fosse acompanhada por um arqueológico.

Eu posso não gostar de uma determinada solução mas isso não faz com que ela esteja errada ou abjeta porque é aquela que é tecnicamente possível. Podemos discordar do fecho da rua ou das opções tomadas mas não concordo que se vá abastardar a cidade porque o Plano de Pormenor e Salvaguarda prevê estas soluções e a utilização de materiais modernos como podemos ver no Pátio da Alfândega, no Palácio dos Capitães Gerais e em muitos outros locais.

O que foi aqui dito sobre a possibilidade de se escorregar à entrada da Câmara faz-me muita confusão quando temos calçada branca na cidade que faz com que as pessoas quase partam as pernas e as mulheres tenham muita dificuldade em caminhar de saltos altos. Não me parece que aquelas pedras lisas constituam um problema.

É preciso não esquecer que a classificação de património mundial nos foi atribuída devido à arquitetura dos séculos XVI e XVII e não pelo desenho da manta de retalhos do Maduro Dias que existe na Praça Velha, por isso não me parece que percamos qualquer coisa de patrimonial devido a esta obra.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Não vale a pena o senhor presidente da Câmara vir para aqui insinuar que comparamos o património com bolas de naftalina por discordarmos destas soluções. Andamos nisto há muitos anos para termos já visto mudanças suficientes como as obras feitas com calçada no Pátio da Alfândega, a substituição de um pavimento de betão por calçada no jardim de Angra onde era possível a patinagem, ou ainda a intervenção no Castelinho quando foi transformado em pousada e que se diferencia do que é histórico.

Ao dizer-se que esta é a única solução técnica possível, dá-se a entender que o basalto é o único material que temos disponível. O senhor deputado Rogério Sousa deu a entender que esta era a única solução até porque a calçada grada que lá estava distinguia claramente do resto a manta de retalhos do professor Maduro Dias. Pensei que se iria elevar o nível, mantendo-se a mesma calçada grossa com o buraquinho para o palco subir e descer, à semelhança de soluções que já foram adotadas para passeios no Caminho de Baixo e noutras zonas da ilha que diferem do resto sem chocarem ninguém ou perderem alguma ligação.

Já ninguém critica ou lamenta o facto de se ter colocado uma placa de betão por debaixo das calçadas para as estruturar, soluções técnicas que juntam a estética à funcionalidade mas, neste caso, não se teve em conta uma estética nova digna de registo. Apesar de concordar que a intervenção não poderia simular a continuação do mesmo, até para valorizar o desenho da manta de retalhos do centro da praça que tem um valor estético e histórico muito importante, poderiam ter sido pensadas outras alternativas além desta que me parece um pouco simplista, cobrindo aquilo tudo com basalto liso.

Sem querer desrespeitar os arquitetos e os engenheiros, parece-me uma daquelas obras em que o desenho é feito por um engenheiro em vez de um arquiteto e depois pede-se a um arquiteto qualquer para assinar e mete-se aquilo na Câmara como acontecia antigamente. Aquilo parece uma daquelas coisas de remendo que está à porta da Câmara mesmo no centro da cidade.

Não vale a pena entrarmos na discussão se ficaria melhor aberto ou fechado, porque a decisão da Câmara está tomada e não interessa se outros executivos futuros virão a decidir de outra maneira, mas esta não era a única solução possível e houve outras intervenções aqui na cidade que ficaram melhor enquadradas.

Não podemos usar sempre o argumento da naftalina para justificar ou contrariar intervenções em igrejas como a de Santa Luzia em que o tribunal dizia que podia ser de alumínio e a Câmara achava que não. Por acaso não acho a decisão do tribunal a mais adequada, porque as janelas não são um elemento estrutural, mas o tribunal está no seu direito.

Não podemos entrar sempre em ambiguidades e contrariedades e a Câmara tem a obrigação de liderar pelo exemplo, independentemente de o senhor presidente sentir que deve enfrentar a maré e dar o peito como o fez, e muito bem, noutras questões como as que falávamos hoje de manhã.

Independentemente de nos termos oposto ao fecho da Praça Velha, qualquer um de nós poderia ter analisado duas ou três alternativas em conjunto com a Câmara de uma forma positiva. Para nossa surpresa e por força do calendário, dois ou três dias depois, aquilo foi coberto com uma manta vermelha quase de propósito para esconder o que lá estava e tudo isto é um bocadinho desvalorizador da cidade. Quando saímos daqui à hora do almoço, os palcos estavam a ser montados e por debaixo dos ferros havia recortes de alcatifa para não se riscar a pedra nova, uma cautela que nunca foi necessária quando tínhamos as calçadas e que, por si só, já denota a fragilidade desta solução. Refiro-me ao palco permanente e não a este provisório.

O senhor presidente da Câmara está no seu direito de fazer os palcos da forma que entender, independentemente da nossa concordância, mas as soluções encontradas podem e devem ser partilhadas e melhoradas e esta fracassou a todos os níveis mesmo perante aqueles que compreendem a necessidade de se fazer algo de diferente. Esta é uma mistura de um falso antigo que não beneficia em nada a dignidade desta praça e parece-me tão útil como a instalação de cerrados de milho aqui na Praça Velha há uns anos.

Esta não seria a única nem a melhor solução porque não se enquadra, não tem lógica e não acrescenta nada ao objetivo que se pretendia. Mais ninguém conheceu estas opções e esta Assembleia pediu para as conhecer. Houve outras soluções, algumas ainda do tempo do senhor presidente da Câmara enquanto secretário da educação com a tutela da cultura, como o caso do Pátio da Alfândega ou do piso adicional do hotel de Angra que foi construído de forma integrada e mais ou menos esconso porque está recuado, até não se vê muito, nem cria sombras para a Praça Velha.

Pode até ser discutível a solução que há uns anos foi adotada para cobrir as portas do mar com areia para as proteger até se saber o que ali se iria fazer mas até hoje ninguém pediu para escavar aquilo para se deixar as portas à vista e fazer outra coisa. Foi uma solução que até teve o seu mérito e enquadramento mas esta não agrada sequer a quem possa gostar do palco ou defenda o fecho da rua e não agrada seguramente a quem não imaginava uma solução desta natureza.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O senhor presidente da Câmara tem o mérito de assumir a decisão política que é sua mas as consequências da discordância também recairão sobre si porque foi eleito e está legitimado para decidir. Saúdo-o por isso, discordando absolutamente da decisão, mas a coragem política também é feita destas coisas menos quando a gente discorda.

Senhor presidente da Câmara, em defesa daquilo que o PSD entende como boa obra pública, é que existe uma grande diferença entre a obra do mestre Maduro Dias de 1930, uma manta de tear que foi acarinhada e aprovada por toda a população, e uma obra pública que o mestre Meneses resolveu implementar na Praça Velha em 2019 que gera polémica, urticárias e este tipo de debate. Já se viu que esta obra não é tão acarinhada e aceite pelo povo como foi aquela do mestre Maduro Dias nos anos 30, por isso o melhor que fazemos é votar porque já está mais do que definida a posição política de qualquer uma das partes.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Continuo sem perceber como é que o PSD chegou à conclusão que o tipo de obra foi uma imposição da Direção Regional da Cultura e parece que estamos a retirar a responsabilidade à Câmara...

Sra. d. m. Brites Cunha – (...) o senhor deputado defendeu que era a única solução possível.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Eu não disse que era a única solução possível.

Sra. d. m. Brites Cunha – Disse, disse. Duas vezes. Vemos na ata depois.

Sr. d. m. Rogério Sousa – A solução, pronto. Não é a única. Não digo que não possa ter havido discussões acerca do uso de outros materiais como referiu o deputado Nuno Melo Alves. Eu disse que a melhor solução encontrada tecnicamente para ali é aquela mas não significa que seja a que eu gosto em termos estéticos. Não consigo imaginar outra solução que permitisse acomodar um palco e fazer a diferença entre a Praça Velha e o que ali está.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa interpelação à Mesa) – Apenas para prestar um esclarecimento. A declaração pública dos vereadores do PSD criticando o que, supostamente, teria sido uma imposição da Direção Regional da Cultura, derivou de uma informação que lhes foi dada pelo senhor presidente da Câmara em reunião de Câmara. Espero esclarecer o senhor deputado Rogério Sousa com esta intervenção. Se a Câmara Municipal dá uma justificação à vereação e

outra à Assembleia Municipal, pois bem, será a Câmara Municipal a justificar as diferenças de justificações.

Sr. presidente da Câmara – Essa informação resultou do debate que fizemos em Câmara e de um conjunto de reuniões com a Direção Regional da Cultura. Não tenho o hábito de apontar o dedo a quem quer que seja e assumo a responsabilidade pela escolha. A proposta foi debatida, houve outras mais e chegou-se a uma conclusão num debate em que a Direção Regional da Cultura foi parte, que deveríamos manter a mesma leitura. Esta solução foi utilizada diante da igreja de Nossa Senhora da Guia, assim como à entrada do museu e diante do Palácio dos Capitães Generais e tem a ver exatamente com o facto de ser um material nobre. Os senhores vereadores do PSD não faltaram à verdade porque viram, assim como todos nós, a troca que houve. O termo «imposição» é que talvez seja um bocadinho excessivo, a decisão final é minha e sou eu que a assumo.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Só tenho a lamentar que o Diário Insular não tenha feito o contraditório e tenha pegado nas palavras dos vereadores do PSD que disseram ter-se tratado de uma imposição da Direção Regional da Cultura. Peço desculpa, senhor deputado, se não o disse, mas o que veio no jornal é que os vereadores do Partido Social Democrata estavam contra a imposição: «*O pavimento da Praça Velha foi imposto pela Cultura. O PSD protesta.*»

Sra. vereadora Rita Andrade – Isso é uma nota de imprensa dos vereadores do PSD.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Certo, mas o Diário Insular não fez o seu papel. Os senhores não se certificaram do que disseram?

Sr. presidente da Câmara – É bom que não fiquem ideias de que nos estamos a eximir às responsabilidades. Volto a dizer que assumo a responsabilidade pela escolha final, como já o fiz no debate que houve sobre esta matéria e, na documentação que foi gerada de um conjunto de reuniões, resultou a recomendação que fosse utilizada esta solução. A «imposição» é uma forma de o dizer mas esta é provavelmente a melhor solução e os senhores vereadores do PSD nenhuma culpa têm nesta matéria.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Apesar das malfadadas placas bilingues a determina altura, a Câmara passou a explicar determinados aspetos que foram acontecendo na nossa cidade mas o assunto da Praça Velha é um dos que falhou e precisa de ser melhor explicado. Com a colocação de algum tipo de sinalética a explicar a manta, julgo que as questões dos materiais para diferenciar a área do palco teriam sido facilmente colmatáveis de outra maneira e não precisariam de um choque tão radical que quase graça num atentado ao que já lá estava feito.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Protesto do Grupo Municipal do CDS-PP constante do Ponto 4.2 foi rejeitado por maioria com 18 votos contra do PS, 5 abstenções (4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 8 votos a favor (6 do PSD e 2 do CDS-PP).

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa declaração de voto) – O PSD votou a favor deste voto de protesto do CDS-PP na continuidade dos protestos já exercidos pelos nossos vereadores em reunião de Câmara e de acordo com a nossa posição ao longo da discussão de toda esta telenovela que tem sido a Praça Velha em todas as suas nuances, por entender que esta é uma má solução desde o início, quer em termos da opção do fecho da Praça Velha, quer no que respeita às soluções técnicas e estéticas encontradas. É esta a nossa opinião e a nossa votação, que assumimos, tal como o senhor presidente da Câmara assume a sua decisão.

Para registo de memória futura, gostaríamos de declarar a enorme injustiça que é aplicada ao cidadão comum por não poder alterar o material com que constrói as janelas da sua casa numa cidade património mundial, enquanto é permitido às entidades públicas, recorrer a todos os

tipos de materiais para os espaços públicos, materiais esses que são discutíveis em termos estéticos e da sua modernidade ou nobreza.

Não deixa de ser injusto para o cidadão comum que o problema de gestão de uma cidade património passe pela escolha dos materiais mais ou menos nobres para as suas janelas e não passe pela ocupação dos espaços públicos, para os materiais e para as soluções técnicas encontradas.

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16h35m do dia 14 de junho de 2019, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos